

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - AL

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	393026-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - AL	WALBER KAIC DA SILVA NUNES	04/05/2026 14:28 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		50620.000083/2026-55

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA DIGITAL (ELABORADO NO COMPRAS.GOV.BR - IN 81/2022)
MINUTA PADRÃO AGU - DEZ/2025

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial, recarga de extintores de incêndios, manutenção de condicionadores de ar, frigobares e bebedouros, incluindo fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra.

1.1.1 A Contratação envolve o fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra com dedicação exclusiva para os seguintes serviços:

- a) Manutenção predial preventiva e corretiva,
- b) Serviços de manutenção, recarga e realização de teste hidrostático em extintores de incêndios,
- c) Manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar,
- d) Manutenção de geladeiras, frigobares e bebedouros.

1.1.2 Os serviços e insumos serão remunerados de acordo com os preços previstos na tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e, quando inexistente neste, pelo ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe), outra tabela oficial existente, ou ainda, pesquisa de mercado.

1.1.3 Os serviços serão prestados, sob demanda, nas instalações e infraestruturas das unidades administrativas (Maceió e Santana do Ipanema) e operacionais sob responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO COM BDI 22,12%	VALOR TOTAL ANUAL COM BDI 22,12%
		Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, sob					

01	1	demanda., com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, nos sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, bem como na reconstituição das partes civis afetadas, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI.	1627	Mês	12	R\$ 20.981,44	R\$ 251.777,28
	2	Serviços de manutenção, recarga e realização de teste hidrostático em extintores de incêndio.	3662	Unidade	41	R\$ 80,00	R\$ 3.280,00
	3	Elaboração de Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), envolvendo também os serviços necessários à manutenção predial preventiva e corretiva, bem como à manutenção de extintores de incêndio, de condicionadores de ar, de geladeiras, frigobares e bebedouros refrigerados pertencentes à Superintendência do DNIT no Estado de Alagoas e unidades locais, com emissão de termo com o vínculo de responsabilidade técnica ART, CFT ou TRT.	2771	Unidade	1	R\$ 5.853,32	R\$ 5.853,32
	4	Encarregado de manutenção	1627	Posto/Mês	1	R\$ 6.378,31	R\$ 76.539,72
	5	Técnico de Refrigeração	2771 3506	Posto/Mês	1	R\$ 8.827,86	R\$ 105.934,32
	6	Despesas com Deslocamento - Diárias	23213	Unidades	48	R\$ 142,38	R\$ 6.834,24
	TOTAL ANUAL (com BDI 22,12% para os Itens 1, 2 e 3)* <small>* BDI não incide sobre os itens 4, 5 e 6 por estar remunerado na planilha de formação de preços.</small>						R\$ 450.218,88
TOTAL 24 MESES (com BDI 22,12% para os Itens 1, 2 e 3)* <small>* BDI não incide sobre os itens 4, 5 e 6 por estar remunerado na planilha de formação de preços.</small>						R\$ 900.437,76	

1.2. O objeto desta licitação é caracterizado como de natureza comum devido à sua padronização e à ampla disponibilidade no mercado de fornecedores capazes de atender às especificações técnicas requeridas. Os serviços de manutenção predial incluem uma variedade de atividades, tais como reparos elétricos, hidráulicos, pintura, conservação de instalações, entre outros, que são rotineiramente executadas no mercado de construção civil e de serviços em geral. Essas atividades são bem conhecidas e amplamente realizadas por diversas empresas, não exigindo tecnologia ou métodos específicos que restrinjam a competitividade ou exijam habilidades únicas. Ademais, os padrões de desempenho e qualidade para esses serviços são estabelecidos e reconhecidos no setor, permitindo que a contratação seja realizada com base em critérios objetivos e claros, típicos de serviços comuns.

- 1.2.1 O Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) deve dispor sobre os sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes, como também de cronograma de realização de serviços periódicos visando a manutenção periódica da edificação incluindo (Limpeza de calhas, manutenção de instalações elétricas, pintura, etc).
- 1.2.2 No item 6 - despesas com deslocamento - diárias, deve ser assegurado o lance mínimo de R\$ 120,00 correspondente ao valor previsto pela Convenção Coletiva de Trabalho.
- 1.2.3. Não será aplicado BDI para os itens 4, 5 e 6, uma vez que a composição da proposta de preços para estes itens deverá ser realizada a partir da Planilha de Formação de Preços - Anexo II.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O regime de execução será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, considerando o serviço é enquadrado como continuado e tendo em vista que deve ser executado periodicamente e de forma contínua, para garantir a eficiência e a capacidade de planejamento da Administração.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. **Modo de Disputa:** PREGÃO ELETRÔNICO no modo de disputa Aberto (os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital). O modo de disputa aberto é adequado para este tipo de contratação, pois permite que todos os licitantes conheçam os lances dos concorrentes em tempo real, incentivando uma competição mais acirrada e a apresentação de propostas mais vantajosas para a administração pública. Esta modalidade é particularmente eficaz em licitações para serviços comuns, como é o caso da manutenção predial, onde a definição do vencedor baseia-se principalmente no critério de preço.
- 1.6. **Intervalo mínimo entre lances:** 1% do valor global. Tal percentual foi escolhido com o objetivo de estimular a competição e evitar lances ínfimos, que poderiam comprometer a execução contratual eficiente. Este intervalo é suficientemente estreito para fomentar uma competição real e efetiva, mas ao mesmo tempo evita reduções de preço excessivamente agressivas que poderiam levar à seleção de propostas economicamente inviáveis.
- 1.7. **Orçamento estimado:** R\$ 900.437,76 (novecentos mil quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos). Esse valor representa todos os custos relacionados a prestação dos serviços, incluindo o BDI.
- 1.8. Em atenção ao §3º do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, a presente contratação se encontra dentro dos Limites de Governança em razão da delegação de competência para contratação com valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) consoante Portaria nº 224, de 15 de janeiro de 2020.
- 1.9. **Permite participação de Consórcios ou empresas estrangeiras:** É permitida a participação de Consórcios ou empresas estrangeiras, estas desde que autorizadas a funcionar no país, com o intuito de aumentar a competitividade, garantindo uma maior economia ao serviço público.
- 1.10. **Grupo:** Sim, um grupo com seis itens. O agrupamento dos itens obedece à recomendação do setor de sustentabilidade, objetivando a redução do número de contratos, a redução de custos e a eficiência administrativa, além de se tratar de objetos interdependentes.
- 1.11. **Tipo de licitação:** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO, considerando que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.
- 1.12. Percentual mínimo de vagas conforme Decreto Nº 11.430/2023: O Decreto Nº 11.430/2023 estabelece a obrigatoriedade de um percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra com quantitativo mínimo de vinte e cinco colaboradores. No entanto, a presente contratação não atende ao quantitativo mínimo estabelecido no decreto. Portanto, os requisitos do decreto não são aplicáveis a este contrato.
- 1.13. **Critérios de Sustentabilidade:** A elaboração deste documento segue as práticas estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme detalhado no item 4 deste Termo de Referência.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 04892707001859-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 26/11/2025

III) Id do item no PCA: 9

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 393026-6/2026

2.3. Esta contratação, conforme orienta o art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, abrange serviços preferencialmente destinados à execução indireta. Destacamos que ela se alinha ao inciso XV da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, abrangendo especificamente a manutenção de prédios e instalações. Isso inclui atividades como *manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis.*

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial sob demanda, para atender as necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Alagoas e suas Unidades Locais.
- 3.2. Visando ganhos de sustentabilidade na gestão, a presente contratação inclui o fornecimento de materiais, manutenção de extintores, ar condicionados, geladeiras, frigobares e bebedouros refrigerados. Desta forma, a Administração obtém a redução de custos administrativos com a gestão e fiscalização contratual, conforme recomendação do Setor de Sustentabilidade desta Autarquia.
- 3.3. Os custos de manutenção e operação do imóvel representam a maior parte do custo total de propriedade, sendo realizados serviços de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis com preservação das características originais dos bens.
- 3.4. Tendo em vista a grande variedade de serviços passíveis de serem demandados, a presente contratação ocorrerá por meio de prestação de serviço por demanda com base no BDI incidente sobre o preço de referência da tabela SINAPI, ORSE, outra tabela oficial existente, ou ainda, pesquisa de mercado, nesta ordem de prioridade. Para fins de elaboração de proposta, elenca-se abaixo serviços de manutenção predial executados no período de março de 2018 à dezembro de 2025.

CÓDIGO SINAPI/ ORSE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE
90778/SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	160,00
88255	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	352,00
COMPOSIÇÃO 01 0266 orse	REVISÃO EM COBERTURA COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 8MM	m2	40,00
94229/SINAPI	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS CERÂMICA TIPO PLAN, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	m2	654,35
COMPOSIÇÃO 02 00304 ORSE	RUFO DE CONCRETO ARMADO	m	116,00
73753/001	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA PROTEGIDA COM FILME DE ALUMÍNIO GOFRADO (DE ESPESSUA 0,8MM) , INCLUSA APLICAÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA, E= 3MM	m2	50,00
97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOBO FURADO , DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	m2	12,69
93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS	m2	7,06
COMPOSIÇÃO 02 00304 ORSE	RUFO DE CONCRETO ARMADO	m	116,00
96620	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERES	m2	0,43
COMPOSIÇÃO 03 02375	Muro em alvenaria bloco cerâmico, e= 0,09m, c/ alv de pedra 0,35 x 0,60 m, pilares (9x20cm) a cada 3,0m, cintas inferior e superior (9x15cm) em		

ORSE	concreto armado fck=15,0 Mpa, c/ chapisco, reboco e pintura hidrator ou similar.	m2	52,64
6171	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA CAIXAS DE PASSAGEM	und	5,00
COMPOSIÇÃO 04 01682 ORSE	REVISÃO DE PONTO DE ESGOTO NOS WC	und	4,00
COMPOSIÇÃO 05 02242 ORSE	REMOÇÃO E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE PRÉ MOLDADO DE CONCRETO - ÁREA DO ESTACIONAMENTO	m2	12,70
COMPOSIÇÃO 06 11955 ORSE	PORTÃO EM ALUMÍNIO, ENTRADA DO PRÉDIO	m2	2,25
85186	PODA DE ARVORES, COM LIMPEZA DE GALHOS SECOS E RETIRADA DE PARASITAS, INCLUINDO REMOCAO DE ENTULHO	und	15,00
88441	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES- CORTE NAS GRAMAS	h	56,00
72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	m3	116,00
72900	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	m3	74,00
00230 ORSE	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA TIPO COLONIAL, 1ª QUALIDADE, COR CLARA	m2	15,38
00280/ORSE	CUMEEIRA PARA TELHA CANAL PLAN, INCLUSIVE EMASSAMENTO	m	20,00
73948/016	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (C/ RASPAGEM SUPERFICIAL) PARA CONSTRUÇÃO DOS TAPUMES	m2	216,00
Composição	TAPUME PARA EXECUÇÃO DO MURO DO ESTACIONAMENTO	m2	105,00
97635	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017- Calçada do muro	m2	19,00
02375 ORSE	MURO EM ALVENARIA BLOCO CERÂMICO, E= 0,09M, C/ ALV DE PEDRA 0,35 X 0,60M, PILARES (9X20CM) A CADA 3,0M, CINTAS INFERIOR E SUPERIOR (9X15CM) EM CONCRETO ARMADO FCK=15,0 MPA, C/ CHAPISCO, REBOCO E PINTURA HIDRATOR OU SIMILAR	m2	46,20
94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016- Calçada do Muro	m2	23,92
97637	REMOÇÃO DE TAPUME/ CHAPAS METÁLICAS E DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m2	92,00
97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m2	231,64
87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	m2	147,79
83391	REATOR PARA lâmpada FLUORESCENTE 2X40W PARTIDA RAPIDA FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	15,00
83392	REATOR PARA lâmpada FLUORESCENTE 1X20W PARTIDA RAPIDA FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	11,00
93044	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 3U BRANCA 20 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	und	16,00
93045	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	und	19,00
74130/001	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	1,00
10308 ORSE	LIMPEZA DE RESERVATÓRIO- CAIXAS D'AGUAS	m2	20,50
741661 ORSE	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO (UN)	und	2,00
9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)- Calha da entrada da recepção	m	30,00
	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA		

3528	ESGOTO PREDIAL-Calha da entrada da recepção	und	1,00
3520	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL-Calha da entrada da recepção	und	13,00
2696	ENCANADOR para assentamento do tubo pvc 100mm para calha	h	8,00
89356	Tubo, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. af_12/2014	m	58,00
89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	und	20,00
89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	und	1,00
89386	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	und	1,00
91179	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1/2" , FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE. AF_05/2015	m	20,00
91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1, 0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	20,00
02646/ORSE	CONJUNTO MOTO-BOMBA COM MOTOR DE 1 CV, MONOFÁSICO, BOMBA CENTRÍFUGA, SUCÇÃO=1", RECALQUE=1", PR. MÁX. 28 MCA, ALT. SUCÇÃO 8 MCA. FAIXAS HM (M) - Q (M3/H) : (26-2,5)(23-4,2)(20-5,2)(17-6,3)(14-7,0), INCLUSIVE CHAVE DE PARTIDA DIRETA	und	1,00
00475/ORSE	BOIA ELÉTRICA (SENSOR CONTROL) P/ RESERVATÓRIO INFERIOR OU SUPERIOR MARCA ANAUGER OU SIMILAR (FORNECIMENTO)	und	2,00
02497/ORSE	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA OU CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M	m3	0,80
COTAÇÃO	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 10 TOLDOS EM POLICARBONATO ALVEOLAR DE 4MM, COM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO FOSCO	m2	28,80
4068	PORTA PARA DIVISÓRIA NAVAL	m2	1,68
97644	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m2	6,17
87512	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m2	8,12
87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m2	109,86
87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m2	109,86
94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER, 2 FOLHAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO SOBRE CONTRAMARCO (EXCLUSIVE CONTRAMARCO), COM VIDROS PADRONIZADA. AF_07/2016	m2	1,00
ORSE 08623	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA, LIXAMENTO E RETOQUES	m2	211,05
88489	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos. af_06/2014	m2	5.527,53
8553	GRADE EM FERRO, C/ QUADRO EM BARRA CHATA 2" X 3/8", BARRAS REDONDAS 3/4" NAS VERTICAIS, BARRAS CHATAS 2" X 1/4" NAS HORIZONTAIS - REV. 01	m2	9,10
3410	PEITORIL DE CONCRETO ARMADO COM PINGADEIRA LARGURA 13 CM	m	15,00

12021/ORSE	LUMINÁRIA DE EMBUTIR ABERTA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE OU TUBO LED 2 X 18/20 W (TECNOLUX REF. FLE8157/232 OU SIMILAR), COMPLETA	und	1,00
97617	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T10 DE 20/40 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017_P	und	15,00
02058/ORSE	TORNEIRA DE METAL Ø 1/2" P/ LAVATÓRIO (DECA REF 1190 C40 OU SIMILAR	und	3,00
89985	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	und	2,00
2082/ ORSE	TORNEIRA CROMADA PARA JARDIM, DECA 1153C39, 1/2" OU SIMILAR	und	2,00
2602/ ORSE	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDO SOBRE COLCHÃO DE AREIA	m2	70,55
02794/ORSE	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA DE TIJOLOS MACIOS ESP 12CM, DIM. INT. 0,40X0,40X0,60M, INCLUSIVE TAMPA	und	1,00
04942/ORSE	REMOÇÃO DE ESQUADRIA METÁLICA, COM OU SEM REAPROVEITAMENTO	m2	10,81
00016/ORSE	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO EM CONCRETO SIMPLES E/OU CIMENTADO	m2	24,33
00017/ORSE	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m2	834,20
96995	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m3	2,82
00026/ORSE	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	m3	98,00
83534	LASTRO DE CONCRETO, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m3	1,70
95465	COBOGO CERAMICO (ELEMENTO VAZADO), 9X20X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4 DE CIMENTO E AREIA	m2	3,96
88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m2	1.389,26
94449	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELhado COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	m2	4,41
92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	m2	4,41
01990/ORSE	PEITORIL MÁRMORE BRANCO, C/ LARGURA = 17 CM, ESP = 2 CM	m	15,00
11153/ORSE	Refletor TR Led, corpo em alumínio, vidro temperado, potencia 20W, bivolt, temp.cor 3000K, IP-65, da Taschibra ou similar	und	8,00
04878/ORSE	Ponto de luz em teto ou parede, aparente sem eletroduto	pt	2,00
08593/ORSE	Luminária tipo plafon de sobrepor em alumínio e acrílico, 20x20cm, linha Nadir Evolution Plafon, ref: NE-560BL,da Blumenox ou similar	und	50,00
97610	Lâmpada compacta de led 10 w, base e27 - fornecimento e instalação. af_11/2017	und	187,00
00632/ORSE	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	pt	3,00
00628/ORSE	Revisão de ponto de tomada simples com reposição de tomada e fiação	pt	12,00
2278/ORSE	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa corrida, lixamento e retoques	m2	1.927,59
72122	Vidro fantasia tipo canelado, espessura 4 mm	m2	1,47
3255/ORSE	Assentamento de esquadrias de ferro	m2	4,96
02311/ORSE	Pintura de acabamento com lixamento, aplicação de 01 demão de tinta à base de zarcão e 02 demãos de tinta esmalte ou óleo	m2	7,69
90776 Sinapi	Encarregado geral com encargos complementares	h	655,95
97645 Sinapi	Remoção de janelas, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m2	4,39
09182 Orse	Demolição de concreto com martelo e compressor- vigas e laje	m3	2,29
04521/ORSE	Remoção de ferrugem em esquadrias ou estruturas metálicas com escova de aço -ferros das lajes e vigas.	m2	36,59
0478/ORSE	Proteção de armadura com tinta de alto teor de zinco - Nitoprimer Zn ou similar, esp:2mm	m2	36,59
07389/ORSE	Escoramento em madeira p/ edificações c/ vigas e lajes maciças, 04 usos	m2	36,59

11244 Orse	Forma plana para estruturas, em compensado plastificado de 12mm, 02 usos, exclusive escoramento - Revisada 07.2015	m2	4,80
92786 Sinapi	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_12/2015	kg	40,00
92777 Sinapi	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_12/2015	kg	20,00
90439 Sinapi	Furo em concreto para diâmetros menores ou iguais a 40 mm. af_05/2015	und	40,00
04780 Orse	Aplicação de adesivo estrutural base resina epoxi, Compound Adesivo, Vedacit ou similar, aplicação em chumbamento e colagem dos mais diversos materiais de construção	m2	36,59
83730 Sinapi	Reparo estrutural de estruturas de concreto com argamassa polimérica de alto desempenho, e=2 cm	m2	36,59
01679 Orse	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	pt	1,00
08342 Orse	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 75 mm	pt	1,00
01683 Orse	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 100 mm (vaso sanitário)	pt	1,00
01200 Orse	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	pt	4,00
89707 Sinapi	Caixa sifonada, pvc, dn 100 x 100 x 50 mm, junta elástica, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. af_12/2014	pt	2,00
03395 Orse	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	pt	5,00
03281 Orse	Ponto de interruptor 02 seções (2 s) embutido com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	pt	2,00
03278 Orse	Ponto de interruptor 01 seção (1 s) embutido com eletroduto de pvc flexível sanfonado Ø 3/4"	pt	2,00
03298 Orse	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rígido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	pt	8,00
86888 Sinapi	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - fornecimento e instalação. af_12/2013	und	1,00
02066 Orse	Assento plástico, universal, branco, para vaso sanitario, tipo convencional, Incepa ou similar	und	1,00
02050 orse	Chuveiro plástico sem registro	und	1,00
86885 Sinapi	Engate flexível em plástico branco, 1/2" x 40cm - fornecimento e instalação. af_12/2013	und	2,00
95544 Sinapi	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1,00
95542 Sinapi	Porta toalha rosto em metal cromado, tipo argola, incluso fixação. af_10/2016	und	1,00
90842 Sinapi	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 70x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_08/2015	und	1,00
90843 Sinapi	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. af_08/2015	und	1,00
90844 Sinapi	Kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. af_08/2015	und	2,00
01912 Orse	Revestimento cerâmico para parede, 15 x 15 cm, azulejo branco, tipo "A", aplicado com argamassa industrializada ac-i, rejuntado, exclusive emboço de parede/banheiro	m2	19,89
08624 Orse	Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 01, área externa	m2	19,17
88485 Sinapi	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão. af_06/2014	m2	4.469,05
74065/001 Sinapi	Pintura esmalte fosco para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco	m2	42,20

08553 Orse	Grade em ferro, c/ quadro em barra chata 2" x 3/8", barras redondas 3/4" nas verticais, barras chatas 2" x 1/4" nas horizontais - Rev. 01 (Grades porta e janela da cafua)	m2	31,35
98546 Sinapi	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica, uma camada, inclusive aplicação de primer asfáltico, e=3mm. af_06/2018 (Impermeabilização da laje externa da Cafua)	m2	63,36
04295 Orse	Piso cimentado despolado traço 1:5, e = 5 cm (Proteção mecânica da laje externa cafua)	m2	62,70
02450 Orse	Limpeza geral	m2	1.143,60
00641 Orse	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado aparente Ø 3/4", ponto ar condicionado	pt	1,00
88264	Eletricista com encargos complementares	h	233,50
88247	Auxiliar de eletricista com encargos complementares-Revisão instalação prédio superintendência	h	144,00
37459 I	Mangueira cristal, lisa, pvc transparente, 3/4" x 2 mm	m	2,00
21112 I	Válvula de descarga em metal cromado para mictório com acionamento por pressão e fechamento automático	1	
04325 I Orse	Assento para vaso sanitário, almofadado, TPK, ASTRA ou similar	und	3,00
11681 I	Engate/rabicho flexível plástico (pvc ou abs) branco 1/2 " x 40 cm	und	1,00
86931	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca, incluso engate flexível em plástico branco, 1/2 x 40cm - fornecimento e instalação. af_12/2013	und	1,00
88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	h	90,00
10022 Orse	Impermeabilização c/ manta asfáltica 5mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer, exceto proteção mecânica	m2	3,00
90818	Aduela / marco / batente para porta de 90x210cm, fixação com argamassa, padrão médio - fornecimento e instalação. af_08/2015_p-Banheiro Deficientes	und	1,00
40905	Verniz sintético em madeira, duas demãos- Pintura do marco, banheiro deficientes	m2	367,91
I 07186 Sinapi	Telha de fibrocimento ondulada e = 6 mm, de 1,83 x 1,10 m (sem amianto) (Substituição das telhas de fibrocimento, coberta da sala do protocolo e cozinha)	und	7,00
I 04302 Sinapi	Parafuso zincado rosca soberba, cabeça sextavada, 5/16 " x 250 mm, para fixação de telha em madeira (Fixação das telhas de fibrocimento, coberta da sala do protocolo e cozinha)	und	2,00
S 88323 Sinapi	Telhadista com encargos complementares (Substituição das telhas de fibrocimento, coberta da sala do protocolo e cozinha)	h	16,00
S 09078 Orse	Calha em chapa de alumínio, desenvolvimento 80 cm (Instalação na coberta da sala do protocolo).	m	7,00
S 04943 Orse	Remoção de telhamento com telhas onduladas fibrocimento ou alumínio (Fixação da nova calha de alumínio na coberta da sala do protocolo)	m2	27,54
S 04074 Orse	Recolocação de telha de fibrocimento ondulada esp = 6mm (Fixação da nova calha de alumínio na coberta da sala do protocolo)	m2	25,20
I 01079 Sinapi	Reator eletrônico bivolt para 2 lâmpadas fluorescentes de 36/40 w	und	1,00
I 34709 Sinapi	Disjuntor tipo din/iec, tripolar de 10 ate 50a -(troca prédio da superintendência)	und	1,00
I 05038 Sinapi	Poste de concreto duplo t, tipo d, 200 kg, h = 9 m (nbr 8451)	und	1,00
S 88309 Sinapi	Pedreiro com encargos complementares	h	305,00
I 001014 Sinapi	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/A, antichama BWF-B, 1 condutor, 450/750V, seção nominal 2,5mm² (Usado para criação dos novos dos ar condicionados)	m	300,00
I 034653 Sinapi	Disjuntor tipo din/iec, monopolar de 6 ate 32a (Usado para criação dos novos dos ar condicionados)	und	2,00
I 08869 Orse	Luminária tipo plafon de sobrepor em alumínio e acrílico dimensão 20x20cm, linha Nadir Evolution Plafon, ref: NE-560BL,da Blumenox ou similar	und	12,00
I 038194 Sinapi	lâmpada led 10W bivolt branca, formato tradicional (base E27)	und	26,00
I 09868 Sinapi	Tubo PVC, soldável, DN 25mm, água fria (NBR-5648) (Instalação de drenos dos ar condicionados)	m	12,00

I 03500 Sinapi	Joelho, PVC SOLDAVEL, 45 graus, 25mm, para água fria predial (Instalação de drenos dos ar condicionados)	und	4,00
I 09497 Orse	Cobertura em polycarbonato alveolar de 8mm, fixado em peças de alumínio inclusive instalação (Toldo fixado na entrada da copa)Cobertura em polycarbonato alveolar de 8mm, fixado em peças de alumínio inclusive instalação (Toldo fixado na entrada da copa)	m2	2,40
S 90447 Sinapi	Rasgo em alvenaria para eletrodutos com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. af_05/2015	m	10,00
S 00018 Orse	Demolição de piso cerâmico ou ladrilho	m2	25,80
S 12376 Orse	Remoção de ar condicionado tipo Split	und	2,00
S 00031 Orse	Remoção de esquadria de madeira, com ou sem batente	m2	1,89
S 93141 Sinapi	Ponto de tomada residencial incluindo tomada 10a/250v, caixa elétrica, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento. af_01/2016	pt	5,00
S 93142 Sinapi	Ponto de tomada residencial incluindo tomada (2 módulos) 10a/250v, caixa elétrica, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento. af_01/2016	pt	6,00
S 00693 ORSE	Ponto seco de tomada p/ lógica, com eletroduto pvc rígido embutido, Ø 3/4"	und	6,00
I 00423 Ors	Cabo UTP - 4 pares-categoria 5e (p/cabeam.estruturado)	m	365,00
S 00676 Orse	Ponto de telefone, com eletroduto de pvc sanfonado embutido Ø 3/4"	pt	5,00
S 00627 Orse	Revisão de ponto de tomada simples com reposição da tomada	pt	3,00
S 08895 Orse	Caixa de passagem pvc tipo aquatic 30x30x10cm	und	1,00
S 91860 Sinapi	Eletroduto flexível corrugado, pead, dn 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalado em parede - fornecimento e instalação. af_12/2015	m	10,00
S 03397 Orse	Ponto de tomada 3p para ar condicionado até 3000 va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo conjunto astop /30a220v, inclusive aterramento	pt	7,00
S 10029 ORSE	Impermeabilização c/ manta asfáltica aluminizada 3mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer	m2	20,00
S 04865 Orse	Limpeza de Calha de Zinco	m	20,00
S 10991 Orse	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 46 x 46 cm, pei 5, Incenor, comum branco, anti-derrapante, retificado, ref.62650 ou similar, aplicada c/ argamassa ind. ac-ii, rejunte acrílico, exceto regularização de base/emboço	m2	25,80
S 02266 Orse	Soleira em granito cinza andorinha, l = 15 cm, e = 2 cm	m	0,90
S 09706 Orse	Fechadura Stam, linha residencial, acabamento inox, externa, ref.1601 /09 ou similar	und	2,00
S 01841 Orse	Revisão de esquadrias de alumínio- Revisão da porta de vidro da superintendência	m2	5,25
S 02477 Orse	Rasgos em alvenaria para passagem de tubulação diâm 1 1/4" a 2"	m	38,77
S 07213 Orse	Remoção de caixa pré-moldada de concreto para ar condicionado	und	4,00
S 97641 Sinapi	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m2	4,61
S 03265 Orse	Remoção de torneira	und	3,00
S 93043 Sinapi	Lâmpada led 10 w bivolt branca, formato tradicional (base e27) - fornecimento e instalação	und	47,00
S 88494 Sinapi	Aplicação e lixamento de massa látex em teto, uma demão. af_06/2014	m2	101,17
S 87519 Sinapi	Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Furados Na Horizontal De 9x19x19cm (Espessura 9cm) De Paredes Com Área Líquida Maior Ou Igual A 6m² Com Vãos E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira	m2	1,20
S 02486 Orse	Enchimento de rasgos em alvenaria e concreto para tubulação diâm 5" a 6"	m2	33,27
S 04362 Orse	Fornecimento e assentamento de ferrolho com fecho redondo, esp 5 /16", fabricada artesanalmente, l=5cm	und	2,00
S 01797 Orse	Revisão de esquadria de madeira	m	14,79
S 03689 Orse	Torneira plástica para lavatório, HERC 1195, 1/2" ou similar	und	2,00
S 07371 Orse	Torneira para lavatório, 1193, Docol, ref. 2005056 ou similar	und	1,00
S 12375 Orse	Remoção e reinstalação de ar condicionado tipo Split	und	7,00
I 12661 Sinapi	Sensor de temperatura - endereçável	und	2,00
S 89168 Sinapi	Alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 9x19x19cm (espessura 9cm), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. af_11/2014	m2	0,91

S 07702 Orse	Forro de gesso acartonado, cor branca, placa 1243 x 618mm, marca GYPSUM, modelo gessolyne ou similar, instalado	m2	4,61
S 94342 Sinapi	Aterro manual de valas com areia para aterro e compactação mecanizada. af_05/2016	m3	0,27
S 68333 Sinapi	Piso em concreto 20 mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira	m2	0,32
S 01201 Orse	Revisão de ponto de água tipo 2	pt	5,00
S 00040 Orse	Remoção de luminária	und	2,00
S 97665 Sinapi	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	und	2,00
S 00560 Orse	Reposição de luminária interna	und	2,00
S 00792 Orse	Tomada para ar condicionado, com caixa pvc e disjuntor bi-polar 30 a, embutida	pt	2,00
S 03811 Orse	Canaleta plástica 25mm x 25mm, Schneider ou similar	m	6,00
S 88495 Sinapi	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, uma demão.	m2	358,90
S 11791 Orse	Tubulação em cobre Ø 3/4", para interligação de condensador /evaporador, inclusive isolamento térmico elastomérico 19mm. multikits, alimentação elétrica, conexões e fixações(infraestrutura p/sistema package de climatização)- fornecimento e instalação	m	5,00
S 10976 Orse	Grade de ferro com quadro em barra chata 1 1/4" x 1/8", barra quadrada de 1" na vertical, barra chata horizontal de 1 1/4" x 1/8"	m2	0,63
S 88310 Sinapi	Pintor com encargos complementares- Retoque de massa corrida na sala do financeiro, licitações, Rh, após o fechamento das caixas de ar	h	16,00
S 07725 Orse	Remoção de pintura látex (raspagem e/ou lixamento e/ou escovação, fachada do prédio da unidade local Maceió)	m2	2.339,72
S 10033 Sinapi	Retirada de entulho da obra utilizando caixa coletora capacidade 5 m3	m3	41,02
S 95305 Sinapi	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão. af_09/2016 (Fachada do prédio unidade Maceió)	m2	718,45
S 95624 Sinapi	Aplicação manual de tinta látex acrílica em superfícies externas de sacada de edifícios de múltiplos pavimentos, duas demãos. af_11/2016 (Fachada do prédio unidade Maceió)	m2	139,25
S 04113 Orse	Tratamento de fissuras com argamassa de cimento e areia traço 1:3 (Seção até 5 x 5 cm)- Fachada do prédio	m	20,00
S 12093 Orse	Gradil em alumínio anodizado branco, com barras de apoio em alumínio anodizado branco de 1"x2" horizontais a cada 5cm com 1,85m e barras externas verticais em alumínio anodizado branco de 1.1/2" x 1.1/2" com 3,05m - Fixado com rebite	m2	23,18
S 01892 Orse	Persiana vertical em tecido de nylon	m2	4,81
S 02484 Orse	Enchimento de rasgos em alvenaria e concreto para tubulação diâm 1 1/4" a 2	m	5,50
S 07716 Orse	Luminária tipo plafon, 19x19cm, ref: 1L-YJ053601M, Linha Plus Block, Bronzearte ou similar, com lâmpada bipino G9 - 40w/127v	und	26,00
S 11509 Orse	Gás refrigerante R22	kg	26,00
S 97666 Sinapi	Remoção de metais sanitários, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017 (Sifão e válvula)	und	2,00
S 86883 Sinapi	Sifão do tipo flexível em pvc 1? x 1.1/2? - fornecimento e instalação. af_12/2013	und	1,00
S 86879 Sinapi	Válvula em plástico 1" para pia, tanque ou lavatório, com ou sem ladrão - fornecimento e instalação. af_12/2013	und	1,00
S 00235 Orse	Telhamento com telha de fibrocimento ondulada esp = 6mm, fixada com parafuso. Rev 02	m2	2,34
S 00299 Orse	Condutor pvc soldável p/calha pluvial, d= 100mm	m	20,00
S 89529 Sinapi	Joelho 90 graus, pvc, serie r, água pluvial, dn 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento. af_12/2014	und	5,00
S 89557 Sinapi	Redução excêntrica, pvc, serie r, água pluvial, dn 100 x 75 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento. af_12/2014	und	1,00
S 89571 Sinapi	Tê, pvc, serie r, água pluvial, dn 100 x 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento. af_12/2014	und	2,00
97647 Sinapi	Remoção de telhas, de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m2	121,22
94207 Sinapi	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, com recobrimento lateral de 1/4 de onda para telhado com inclinação maior	m2	121,22

	que 10°, com até 2 águas, incluso içamento. af_07/2019		
12801 Orse	Lâmpada led tubular t8 bivolt 18/20 w, base g13	und	12,00
00639 Orse	Ponto de luz em teto ou parede, com canaleta plástica c/divisória 20x10mm, aparente	und	1,00
S 100903 Sinapi	Lâmpada tubular led de 18/20 w, base g13 - fornecimento e instalação. af_02/2020_p	und	37,00
S 08896 Orse	Caixa de passagem pvc 15x15x8cm p/elétrica, tipo Aquatic ou similar (Espelho cego para tomada de ar-condicionado)	und	2,00
S 00632 Orse	Revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor e fiação	und	1,00
S 98308 Sinapi	Tomada para telefone rj11 - fornecimento e instalação. af_11/2019	und	1,00
S 00711 Orse	Fornecimento e instalação de tampa cega (espelho liso) para caixa 4" x 2"	und	3,00
S 08998 Orse	Placa cega para caixa de pvc 4"x 4", p/eletroduto	und	1,00
S 100709 Sinapi	Dobradiça em aço/ferro, 3" x 21/2", e=1,9 a 2mm, sen anel, cromado ou zincado, tampa bola, com parafusos. af_12/2019	und	6,00
S 03627 Orse	Reassentamento de janelas/basculantes de madeira. (Janela do 1º andar do prédio principal)	m2	0,91
S 85421 Sinapi	Remoção de vidro comum (Porta de entrada da UL)	m2	0,80
S 72117 Sinapi	Vidro liso comum transparente, espessura 4mm (Porta de entrada da UL)	m2	2,40
S 12344 Orse	Remoção e reassentamento de esquadria de alumínio e vidro (Porta de entrada da UL)	m2	1,89
S 96486 Sinapi	Forro de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação. af_05/2017_p	m2	0,90
S 89995 Sinapi	Grauteamento de cinta superior ou de verga em alvenaria estrutural. af_01/2015	m3	0,20
S 98567 Sinapi	Proteção mecânica de superfície horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=4cm. af_06/2018	m2	0,66
S 98524 Sinapi	Limpeza manual de vegetação em terreno com enxada.af_05/2018	m2	1.210,00
S 10568 Orse	Poda de arvores, exceto remoção de entulho	und	4,00
S 88248 Sinapi	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	h	56,00
90780/SINAPI	Mestre de obras com encargos complementares	h	42,10
00393/ORSE	Caixa de passagem em pvc tipo aquatic, embutir, 220x170x80mm	und	4,00
01520/ORSE	Mangueira trançada de alta pressão diâmetro = 1" - Para drenagem dos ares condicionados	m	28,00
08614/ORSE	Bóia automática p/caixa d'agua - 15 amperes	unnd	4,00
11202/ORSE	Chave contactora para motor até 5A	und	1,00
94489/SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, dn 25 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. af_06/2016	und	3,00
94492/SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, dn 50 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. af_06/2016	und	1,00
02403/ORSE	Aplicação de herbicida esterilizante de solo	m2	1.050,00
S 739243 Sinapi	Pintura esmalte fosco, duas demãos, sobre superfície metálica	m2	274,00
73865/001 Sinapi	Fundo preparador primer a base de epoxi, para estrutura metálica, uma demao, espessura de 25 micra	m2	274,00
96130 Sinapi	Aplicação manual de massa acrílica em paredes externas de casas, uma demão. af_05/2017	m2	150,00
04783 Orse	Reboco externo, de parede, com argamassa traço 1:4 (cal / areia), espessura 2,5 cm	m2	708,17
03642/ORSE	Lona plástica preta	m2	250,00
04518/ORSE	Tela de nylon para proteção de fachada	m2	60,00
02454/ORSE	Andaime tubular metálico simples - peça x dia	pxd	2.800,00
04738/ORSE	Montagem e desmontagem de andaime metálico tubular simples	pç	80,00
99814 Sinapi	Limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	958,36
74065/002 Sinapi	Pintura esmalte acetinado para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco	m2	110,88
08664 ORSE	Porta em madeira de lei, de abrir, tipo veneziana, exclusive batente e ferragens	m2	2,68
00624/Orse	Revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	6,00
100308/SINAP	Mecânico de refrigeração com encargos complementares	h	182,00

07749/ORSE	Bandeja metálica para suporte externo de aparelho de ar condicionado	m2	0,40
09886/ORSE	Manejo de ar condicionado tipo Split (ref: obra Sergipetec)	und	1,00
98528	Remoção de raízes remanescentes de tronco de árvore com diâmetro maior ou igual a 0,60 m.af_05/2018	und	1,00
98531	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco maior ou igual a 0,60 m.af_05/2018	und	1,00
100704/SINAPI	Porta cadeado zincado oxidado preto com cadeado de aço inox, largura de *50* mm. af_12/2019	und	10,00
10621/ORSE	Parafuso 3/8" com 2 porcas e 2 arruelas lisas 3/8" (fornecimento)	und	50,00
98533/SINAPI	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior ou igual a 0,20 m e menor que 0,40 m.af_05/2018	und	0,60
94991/SINAPI	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	0,55
96526/SINAPI	Escavação manual de vala para viga baldrame, sem previsão de fôrma. af_06/2017	m3	0,55
12561/ORSE	Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar	und	1,00
04281/ORSE	Torneira de bóia p/caixa d'agua d= 3/4" (deca ou similar)	und	1,00
13008/ORSE	Bombeamento com Bomba submersa	h	0,45
03149/ORSE	Película insulfilme aplicada ou Similar	m2	35,04
06407/ORSE	Conserto de caixa de inspeção sem demolição da existente	um	9,00
02830/ORSE	Limpeza e teste de redes de esgotos sanitários	m	40,00
97632/SINAPI	Demolição de rodapé cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m	24,00
97631/SINAPI	Demolição de argamassas, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m2	14,00
87257/SINAPI	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m2. af_06/2014	m2	14,00
88650/SINAPI	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60cm. af_06/2014	m	24,00
07699/ORSE	Soleira em granito verde Ubatuba, l = 22 cm, e = 2 cm	m	1,19
89711/SINAPI	Tubo pvc, serie normal, esgoto predial, dn 40 mm, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário. af_12/2014	m	4,00
91174/SINAPI	Fixação de tubos verticais de ppr diâmetros maiores que 40 mm e menores ou iguais a 75 mm com abraçadeira metálica rígida tipo d 1 1/2", fixada em perfilado em alvenaria. af_05/2015	m	4,00
08514/ORSE	Fechadura para porta externa, linha Colonial, ref.803-04 EZL, marca Stam ou similar	und	3,00
11186/ORSE	Cabo cobre flexível, não hlogenado, 2,5mm2 - 450/750V / 70°	m	75,00

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01 /2010, no que couber.

4.1.2. Que os bens sejam produzidos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, quando aplicável.

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais, na compra de produtos, optando-se por aqueles com certificação do INMETRO referente a produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.4. Os produtos químicos utilizados no tratamento e limpeza dos sistemas de ar condicionado deverão ser isentos de cromato e/ou qualquer substância cancerígena, de acordo com a Portaria da Vigilância Sanitária – ANVISA.

4.1.5. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.7. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. Devido a diversidade dos serviços, a empresa poderá subcontratar até 30% do contrato, mediante prévia autorização da Superintendência Regional do DNIT/AL, em conformidade com a legislação em vigor e, responsabilizando-se pela prestação e qualidade do serviço.

4.2.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 30 dias após a assinatura do contrato..

4.3.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 dias após a assinatura do contrato.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1. A vistoria será realizada nos seguintes endereços:

4.7.1.1. Rua Desembargador Almeida Guimarães, 22 - Pajuçara, Maceió - AL, 57030-160. DNIT/AL, Sede.

4.7.1.2. Av. Pancrácio Rocha, 2262, Santana do Ipanema - AL, 57500-000. Unidade Local de Santana do Ipanema.

4.7.2. O agendamento da vistoria poderá ser realizado pelo telefone (82) 3131-1406.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da Alteração Subjetiva

4.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

Da vigência contratual

4.10. O período de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal no primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, mediante Termos Aditivos, com base nos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações.

Dos postos

4.11. ENCARGADO DE MANUTENÇÃO

4.11.1. SALÁRIO BASE DO POSTO: R\$ 2.796,00

4.11.1.1 O salário base é o mínimo previsto na CCT e não poderá ser reduzido na proposta do licitante.

4.11.2. Parâmetros utilizados para estabelecer o salário base: Convenção Coletiva de Trabalho 2026 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.

4.11.3. Carga Horária: 44 horas semanais.

4.11.4. Qualificação: Ensino Fundamental Completo; Idade mínima de 18 anos.

4.11.5. Atribuições: Organizar rotinas de manutenção preventiva e corretiva, assegurar o cumprimento de prazos e das normas técnicas, de segurança e de qualidade. Deve realizar inspeções periódicas nas instalações, identificar necessidades de intervenção, realizar serviços de elétrica, hidráulica, alvenaria, pintura e demais especialidades previstas no contrato, além de garantir o correto preenchimento de ordens de serviço, relatórios e checklists. Compete também controlar materiais e ferramentas, solicitar reposições quando necessário, acompanhar serviços terceirizados, orientar boas práticas, zelar pela organização do local de trabalho e propor melhorias operacionais que contribuam para a eficiência e qualidade do serviço prestado.

4.12. TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO

4.12.1. SALÁRIO BASE DO POSTO: R\$ 4.100,00.

4.12.1.1 O salário base é o mínimo previsto na CCT e não poderá ser reduzido na proposta do licitante.

4.12.2. Parâmetros utilizados para estabelecer o salário base: Convenção Coletiva de Trabalho 2026 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.

4.12.3. Carga Horária: 44 horas semanais.

4.12.4. Qualificação: Ensino Médio Completo; Idade mínima de 18 anos.

4.12.5. Atribuições: executar a manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e refrigeração, incluindo unidades do tipo split, multisplit, VRF/VRV, chillers, selfs, fan-coils, rooftops e equipamentos similares, além de geladeiras, frigobares e bebesouros refrigerados. Realizar diagnósticos de falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas, efetuar limpeza e higienização de componentes como evaporadores, condensadores e serpentinas, verificar parâmetros operacionais, realizar testes de funcionamento, ajustes e regulagens, além de executar procedimentos de vácuo, carga e recolhimento de gases refrigerantes conforme normas ambientais vigentes. Também é responsável por registrar as atividades realizadas em ordens de serviço e relatórios técnicos, conservar ferramentas e equipamentos, apoiar o encarregado na organização das rotinas gerais de manutenção predial e cumprir rigorosamente as normas de segurança aplicáveis.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto ocorrerá por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias após a assinatura do contrato;

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está descrita nos itens abaixo.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: Rua Desembargador Almeida Guimarães, 22 - Pajuçara, Maceió - AL, 57030-160. DNIT/AL (Sede) e Avenida Pancrácio Rocha, 2262, Santana do Ipanema - AL, 57500-000. (Unidade Local de Santana do Ipanema).

5.2.1. Quando os serviços forem realizados na Unidade Local de Santana do Ipanema, os colaboradores designados à realização das respectivas atividades farão jus à diária ou à meia-diária.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em dias úteis, dentro do horário de expediente do DNIT/AL, ou seja, de 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Excepcionalmente, nos casos em que o serviço atrapalhe o funcionamento do órgão, as referidas visitas poderão ser realizadas, em comum acordo, em horários distintos do expediente supracitado.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. **Manutenção Predial:** conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.

5.4.2. São eletivos os procedimentos corretivos que possam ter o atendimento efetuado em prazo diferido, não resultando em riscos imediatos/emergenciais.

5.4.3. São urgentes os procedimentos corretivos que devam ser imediatamente efetuados, sob pena de riscos urgentes/imediatos para pessoas e coisas.

5.4.4. Os principais tipos de demandas de serviços e insumos são exemplificados (não exaustivos) na listagem a seguir, os quais representam as CLASSES E SUBCLASSES da Tabela SINAPI/ORSE:

5.4.4.1 ASSENTAMENTO DE TUBOS E PEÇAS

- fornecimento e/ou assentamento de conexões diversas;
- fornecimento e/ou assentamento de hidrantes tampões e peças especiais;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo cerâmico com junta argamassada;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo cerâmico com junta asfáltica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo cerâmico com junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de aço com junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de aço com junta soldada;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de concreto com junta argamassada;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de concreto com junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de ferro fundido junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de ferro fundido junta flangeada;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de pvc com junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de pvc com junta soldada;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo de pvc roscável;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo fibrocimento com junta elástica;
- fornecimento e/ou assentamento de tubo pvc de fºfº com junta elástica; e
- fornecimento e/ou assentamento de válvulas e registros.

5.4.4.2. CANTEIRO DE OBRAS

- placa de obra
- construção do canteiro

5.4.4.3.COBERTURA

- calha de argamassa;
- calha de concreto;
- calha de pvc, peças e acessórios;
- calha metálica;
- cumeeira cerâmica;
- cumeeira de fibrocimento;
- estrutura metálica;
- madeiramento;
- madeiramento/telhamento c/ telhas cerâmicas;
- madeiramento/telhamento c/ telhas fibrocimento;
- rufo em argamassa;
- rufo em concreto;
- rufo metálico;
- rufo/espigão/rincão diversos;
- telhamento com telha cerâmica;
- telhamento com telha de fibra de vidro;
- telhamento com telha de fibrocimento;
- telhamento com telha de vidro; e
- telhamento com telha metálica.

5.4.4.4. DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO/POÇOS DE VISITA E CAIXAS

- bueiros;
- calhas de drenagem/alas de galerias (estrut. de lançamento);
- drenos;
- enrocamentos;
- ensecadeiras;

- esgotamento com bomba;
- gabiões;
- galerias pluviais;
- meio fio, linha d'água e sarjeta;
- muros de arrimo;
- poços de visita/bocas de lobo/cx. de passagem/cx. diversas;
- rebaixamento do lençol freático; e
- reposição de meio-fio/linha d'água/sarjeta.

5.4.4.5. ESCORAMENTO

- cimbramento;
- escoramento de madeira em valas;
- escoramento de postes;
- escoramento metálico em valas ou poços; e
- escoramento misto em valas.
- ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS
- elementos p/caixa-forte/segurança/cofre;
- escadas/corrimãos;
- esquadria de vidro temperado;
- ferragens diversas;
- ferragens para janelas;
- ferragens para portas;
- grade de ferro;
- grelha de ferro;
- guarda-corpo de ferro;
- guarda-corpo de madeira;
- guarda-corpo/grade de alumínio;
- janela de alumínio;
- janela de ferro;
- janela de madeira;
- janelas de pvc;
- perfil/cantoneira/barra;
- persiana;
- porta de madeira;
- porta e/ou tampa de alumínio;
- porta e/ou tampa de ferro;
- porta giratória antifurto;
- portões de madeira/ferro/alumínio;
- vidros/espelhos; e
- película de proteção de raios UV(insufilm).

5.4.4.6. FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- bombas;
- comportas e adufas;
- fornecimento de material britado c/ou s/carga, descarga e transporte;
- fornecimento de materiais asfálticos;
- válvulas;
- ventosas;
- motor elétrico para portões; e
- controle para motor elétrico.
- sensores

5.4.4.7. FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

- adesivos para estruturas;
- armaduras;
- cintas e vergas;
- concretos;
- concreto armado;
- embasamentos;
- estacas;
- estruturas diversas;
- formas/cimbramentos/escoramentos;
- laje pré-fabricada;
- lastros/fundações diversas e

- tubulações.

5.4.4.8. IMPERMEABILIZAÇÕES E PROTEÇÕES DIVERSAS

- impermeabilização betuminosa c/emulsão asfáltica e acrílica;
- impermeabilização com adesivo;
- impermeabilização com aditivo;
- impermeabilização com argamassa;
- impermeabilização com cimento cristalizado;
- impermeabilização com feltro;
- impermeabilização com manta;
- impermeabilização com mastique;
- impermeabilização com papelão alcatroado;
- impermeabilização com pintura;
- proteção de superfície com argamassa;
- proteção de superfície com concreto armado leve;
- proteção de superfície com concreto celular;
- proteção de superfície com isopor; e
- proteção de superfície com lâ de vidro;
- película fumê.

5.4.4.9. INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO, LÓGICA E ILUMINAÇÃO EXTERNA

- caixas;
- chaves em geral/fusíveis e conectores;
- conexões;
- eletrodutos/calhas para leito de cabos;
- fios/cabos;
- fornecimento de materiais /mão de obra para eletrificação e iluminação pública;
- geradores;
- interruptor/tomada;
- luminária externa;
- luminária interna/bocal/lâmpadas;
- pontos de luz/tomadas antena tv / campainhas / interruptores / rede / telefonia;
- poste de concreto;
- poste metálico;
- quadros/disjuntores;
- serviços diversos;
- sistemas de proteção/aterramento;
- transformadores;
- organização de circuitos, quadros e instalações elétricas / rede / telefonia.

5.4.4.10. INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO

- equipamentos gerais _ eta;
- instalação de bombas em geral;
- instalação de calhas em eta's;
- instalação de comporta e adufas;
- instalação de dispositivos para lagoas;
- instalação de módulos tubulares em eta's;
- instalação de perfis metálicos;
- instalação de stop log;
- montagens em geral; e
- preparo de leitos filtrantes.

5.4.4.11. INSTALAÇÕES ESPECIAIS

- alarme;
- antenas coletivas de tv;
- ar comprimido;
- ar condicionado;
- automatização de portões;
- bombas p/instalação predial;
- circuito fechado de tv;
- elevadores;
- exaustão mecânica;
- gás;

- incêndio;
- instalação de lógica;
- lixo;
- oxigênio;
- pára raios;
- piscinas;
- porteiro eletrônico/interfone;
- programação visual de agência;
- saunas;
- sonorização;
- telefone; e
- comunicação visual.

5.4.4.12. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

- aparelhos sanitários, loucas, metais e outros;
- caixas d'água, de inspeção e de gordura;
- colunas/barriletes e ramais;
- conexões;
- fornecimento e assentamento de tubos p/instalação domiciliar;
- fossas/sumidouros;
- hidrômetro;
- pontos de água/esgoto;
- ralos/caixa sifonada;
- registros/válvulas;
- serviço de limpeza de reservatório de água;
- fornecimento e instalação de filtros para reservatório de água; e
- serviços diversos.

5.4.4.13. LIGAÇÕES PREDIAIS ÁGUA/ESGOTO/ENERGIA/TELEFONE

- ligações diversas
- ligações prediais de água
- ligações prediais de águas pluviais
- ligações prediais de energia
- ligações prediais de esgoto
- ligações prediais de gás
- ligações prediais de telefone

5.4.4.14. MOVIMENTO DE TERRA

- aterro com ou s/compactação;
- aterro/reaterro de valas com ou s/compactação;
- carga, descarga e/ou transporte de materiais;
- compactação ou apiloamento;
- corte/escavação em jazidas ou campo aberto;
- dragagem;
- escavação de valas;
- fornecimento de material com ou sem carga, descarga e transporte; e
- regularização e apiloamento de fundo de valas.

5.4.4.15. PAREDES/PAINÉIS

- alvenaria de bloco-concreto;
- alvenaria de blocos de concreto;
- alvenaria de blocos de pedra com junta argamassada;
- alvenaria de blocos de pedra com junta seca;
- alvenaria de blocos de vidro;
- alvenaria de elementos vazados cerâmicos;
- alvenaria de elementos vazados de concreto;
- alvenaria de tijolos cerâmicos;
- armários;
- balcões;
- divisórias/mármore/granito/marmorite/concreto/mad.aglo;
- parede de adobe; e
- paredes em tábuas de madeira.

5.4.4.16. PAVIMENTAÇÃO

- execução de pavimentações diversas;
- execução de sub-leito, leito, sub-base, base etc;
- fabricação/execução de cbuq/pre-misturados;
- mureta divisória e/ou de proteção;
- recomposição de pavimentação;
- regularização/reforço de subleito;
- sinalização horizontal/vertical;
- calçamento; e
- execução de calçada;

5.4.4.17 PINTURAS

- pintura de parede;
- pintura em concreto aparente;
- pintura em madeira;
- pintura em telha;
- pintura imunizante;
- pintura para logotipo/sinalização;
- pintura para metal;
- pintura para piso; e
- verniz;
- pistola para pintura airless.

5.4.4.18 PISOS

- carpete;
- estrados de madeira;
- lastros (areia, brita, cascalho etc);
- piso cerâmico;
- piso cimentado;
- piso concreto;
- piso de alta resistência;
- piso de madeira;
- piso de mármore/granito;
- piso de pedra;
- piso elevado;
- piso em lajota;
- piso granilite/marmorite;
- piso vinílico/borracha;
- regularização de contra-pisos e outras superfícies;
- rodapé cerâmico;
- rodapé de madeira;
- rodapé de mármore, granito, marmorite, granilite e outros;
- rodapé vinílico/borracha;
- rodapé/soleira metálica;
- soleira cerâmica;
- soleira de granilite, marmorite e outros;
- soleira de mármore/granito; e
- piso tátil.

5.4.4.19. REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES

- azulejo;
- chapim;
- chapisco;
- emboco;
- forro de gesso;
- forro de madeira;
- forro metálico/pvc;
- forro pacote;
- lambri para parede;
- laminado para parede;
- letreiros em ACM ou INOX
- mármore/granito para parede;
- pastilhas, cerâmicas, placas pré-moldadas e outros;

- peitoril cerâmico;
- peitoril de concreto;
- peitoril de mármore/granito;
- peitoril granilite/marmorite;
- reboco;
- restauro;
- revestimento de corrimão; e
- revestimento térmico e/ou acústico.

5.4.4.20. SERVIÇOS DIVERSOS

- abertura de poço / cisterna ou cacimba;
- andaimes;
- argamassas;
- aterro hidráulico;
- bancadas;
- carga, descarga e transporte de materiais;
- comportas;
- composição serviço migração;
- equipamentos esportivos;
- fechadura biométrica;
- fechadura mecânica;
- junta elástica;
- junta metálica;
- junta plástica;
- letreiros/logotipos/numerações/sinalizações;
- película fumê;
- limpeza e arremates finais;
- outros;
- poço tubular profundo;
- restauro;
- soldas/cortes; e
- travessias.

5.4.4.21. SERVIÇOS EMPREITADOS

- concreto e argamassas usinadas;
- outros;
- perfuração de poços;
- serviços de fundações/estruturas;
- serviços elétricos; e
- serviços hidráulicos e/ou sanitários.

5.4.4.22. SERVIÇOS ESPECIAIS

- teste de estanqueidade;
- teste de poço;
- ensaios de resistência; e
- teste de qualidade de água (potabilidade).

5.4.4.23. SERVIÇOS OPERACIONAIS

- limpeza de calhas, linha d'água, canais, rios e vias públicas;
- limpeza de tubulações
- limpeza de superfícies

5.4.4.24. SERVIÇOS PRELIMINARES

- acessos/passadiços;
- demolições/retiradas;
- ligações provisórias;
- preparo do terreno;
- remanejamento de interferências;
- sinalização do canteiro de obras;
- sustentações diversas; e
- trânsito e segurança;

5.4.4.25. SERVIÇOS TÉCNICOS

- controle tecnológico;
- levantamento cadastral;
- locação;
- projetos complementares;
- projetos arquitetônicos;
- sondagens; e
- Parecer técnico
- Emissão de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART).

5.4.4.26. TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS

- carga, manobra e descarga (manual);
- carga, manobra e descarga (mecânica);
- transporte comercial;
- transporte de entulho;
- transporte horizontal/vertical (manual);
- transporte local (mecânico);
- transporte materiais betuminosos; e
- transporte vertical (elevador, guincho, grua).

5.4.4.27. URBANIZAÇÃO

- alambrado;
- arborização, inclusive preparo do solo e fornecimento de mudas;
- cerca/protetores;
- refletores de luz Led;
- fornecimento de adubos, materiais e equipamentos para jardim;
- grama, inclusive preparo do solo;
- manutenção e limpeza de áreas verdes;
- jardinagem;
- muro;
- passeio;
- portas e portões.

5.4.5 Manutenção de extintores de incêndio: A recarga anual dos extintores de incêndio deverá ser realizada conforme determina a Norma Brasileira – NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e pelo Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Consolidado, instituído pela Portaria nº 58 de 16 de fevereiro de 2022 do INMETRO.

5.4.6. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

5.4.6.1. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

5.4.6.2. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

5.4.6.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

5.4.6.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

5.4.6.5. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H- 1301 e H-2402;

5.4.6.6. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

5.4.6.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;

5.4.6.8. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

5.4.7. Manutenção de Extintor Nível 2: Essa manutenção é obrigatória e deve ser realizada a cada 12 meses, por empresa competente e registrada no INMETRO. É feita a desmontagem completa de todos os componentes do extintor para limpeza. Em seguida, é realizada a inspeção visual das peças e da parte interna do extintor. Todos os componentes que ficam sob pressão são então testados e ensaiados. Por fim o extintor é remontado e são recarregados, colocados anel, trave, lacre, selo do INMETRO e termo de garantia.

5.4.8. Manutenção de Extintor Nível 3: Segue exatamente a mesma sequência de manutenção do Nível 2, mas tem duas etapas adicionais. A primeira delas é o teste hidrostático, que serve para identificar a integridade e resistência, também do cilindro. A segunda delas é a pintura do cilindro. Essa manutenção deve ser realizada obrigatoriamente a cada 5 anos.

5.4.9. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente a descrição dos serviços prestados e prazo de garantia;

5.4.10. Fazer constar nos selos de garantia as datas de vencimento do produto e do teste hidrostático, fixados de forma que não cubram quaisquer gravações existentes;

5.4.11. Apor nos cilindros os selos de identificação com o tipo de componente do material, o prazo de garantia, a validade da carga, o peso do extintor e a capacidade extintora;

5.4.12. Garantir os extintores até o prazo indicado pelas normas de regência e durante esse período, prestar assistência técnica, sem qualquer ônus para o contratante, promovendo os reparos que se fizerem necessários;

5.4.13. Atender aos chamados para a prestação de assistência técnica, no caso de constatação de defeito nos equipamentos, em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.4.14. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação, comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.4.15. A empresa poderá utilizar a recarga por critério de reposição/substituição, desde que o estado do extintor reposto seja igual ou superior ao do DNIT/AL, a empresa ganhadora do certame, ao iniciar as recargas, não poderão desprevenir totalmente os prédios da SR/SE, ou seja, não deverão retirar todos os extintores, recomenda-se que retire estrategicamente 50% e posteriormente, após esta parcela estar recarregada, providencie-se a recarga dos demais;

5.4.16. O recolhimento e a entrega deverá ser feita pela empresa contratada no endereço da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Alagoas e suas Unidades Locais.

5.4.17. Manutenção dos Condicionadores de ar: Ao longo do contrato, aparelhos podem ser substituídos, desativados ou incluídos.

5.4.18. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: é aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do Sistema de Climatização e refrigeração, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.4.19. No que se refere à manutenção preventiva, os serviços deverão ser executados do seguinte modo:

5.4.19.1. **MENSAL:** Remoção, limpeza e lavagem dos filtros; Limpeza e vedação das frestas da estrutura; eliminação de eventuais anormalidades; higienização com produtos apropriados outros serviços recomendados mensalmente.

5.4.19.2. **SEMESTRAL - MANUTENÇÃO COMPLETA (VERIFICAÇÃO E AJUSTE):** Existência de sujeira, danos e corrosão; Limpeza e vedação das frestas da estrutura; Limpeza de elemento filtrante; Existência de ruídos anormais; Verificação e registro das condições de trabalho; Limpeza e verificação dos filtros de ar; Do funcionamento do termostato e posicionamento do seu bulbo sensor; Vazamento de gás refrigerante; Limpeza da bacia coletora e dreno; Limpeza de condensador e vaporizador; Embuchamento dos motores dos ventiladores; Recuperação dos pontos de corrosão; Carga de gás refrigerante, quando necessária; Lubrificação do motor do ventilador; Filtro secador; Isolamento elétrico da fiação; Temperatura de trabalho dos compressores e moto-ventiladores; Medir tensão de alimentação; Medir corrente do trabalho de cada motor; Medir temperatura de insuflamento na saída dos aparelhos; Funcionamento do protetor térmico do compressor; Limpeza das serpentinas do resfriamento; Limpeza do conjunto; Verificação de vibrações e ruídos anormais; Verificação do aquecimento anormal dos mancais; Lubrificação dos mancais; Verificação da existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica; Limpeza da superfície do lado ar ou líquido refrigerado; Limpeza do sistema de drenagem; Verificação da existência dos vazamentos internos e externos; Verificação da instalação e suas condições locais; Verificação da existência de sujeira, danos e corrosão; Limpeza dos elementos e eliminação dos pontos de corrosão; Verificação dos elementos quanto ao funcionamento eletromecânico e fixação; Reapertação dos terminais, barramentos e elementos de fixação; Medição e registro de tensão e corrente elétrica dos equipamentos ligados ao quadro; Regulagem dos elementos de proteção, operação e controle conforme as condições de referência; Verificação das fiações, barramentos e sistema de aterramento; Medição e registro das tensões de entrada no quadro elétrico; Conservação dos suportes de fixação quanto a pontos de corrosão; Efetuar limpeza externa e Condições dos disjuntores e dos quadros elétricos de alimentação.

5.4.20. Manutenção dos Bebedouros: Ao longo do contrato, aparelhos podem ser substituídos, desativados ou incluídos.

5.4.21. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** é aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do Sistema de Climatização e refrigeração, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.4.22. No que se refere à manutenção preventiva, os serviços deverão ser executados do seguinte modo:

5.4.22.1. **SEMESTRAL - MANUTENÇÃO COMPLETA (VERIFICAÇÃO E AJUSTE):** Limpeza e higienização no reservatório de água, das torneiras, reservatórios; desincrustação da serpentina de aquecimento e da serpentina de resfriamento; limpeza dos componentes internos, se necessário; limpeza e higienização dos bebedouros; leitura de corrente; leitura de tensão; verificação e correção de ruídos e vibrações anormais dos aparelhos, se necessário; verificação e ajuste do termostato; eliminação de focos de oxidação e retoque de pintura; verificação de vazamentos, correção e complementação de gás refrigerante, se necessário. Lavagem geral nos aparelhos com produtos; outros serviços recomendados semestralmente.

5.4.23. **Manutenção de Geladeiras e Frigobares:** Ao longo do contrato, geladeiras e frigobares poderão ser substituídos, remanejados entre setores ou incluídos no cronograma de manutenção conforme a necessidade da Administração.

5.4.24. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Consiste no conjunto de procedimentos destinados a evitar paradas não programadas, garantir a segurança alimentar (estabilidade de temperatura) e prolongar a vida útil dos compressores, operando conforme os manuais dos fabricantes e normas de eficiência energética.

5.4.25. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados conforme a periodicidade e especificações abaixo:

5.4.25.1. **SEMESTRAL - MANUTENÇÃO COMPLETA (VERIFICAÇÃO E AJUSTE):** Sistema de Vedação: Verificação da integridade das borrachas (gaxetas), realização de testes de aderência e substituição em caso de ressecamento ou rasgos; Unidade Condensadora: Limpeza técnica das serpentinas externas e grades traseiras para remoção de poeira e gordura, garantindo a troca de calor; Controle de Temperatura: Calibração e teste de termostatos ou sensores digitais; Sistema Elétrico: Verificação de cabos de alimentação, tomadas, protetores térmicos e substituição de lâmpadas internas queimadas; Drenagem e Degelo: Desobstrução dos canais de dreno e limpeza das bandejas de evaporação; Mecânica e Estrutura: Verificação de ruídos excessivos no compressor, nivelamento dos pés para evitar vibrações, eliminação de pontos de oxidação e retoque de pintura epóxi, se necessário; Carga de Gás: Verificação de vazamentos e complementação de fluido refrigerante (conforme normas ambientais vigentes).

5.4.26. As seguintes peças e materiais estão incluídos na manutenção preventiva a cargo e ônus da contratada: fusíveis, parafusos, imãs, terminais elétricos, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção anti ferruginosa, tinta, lixa, neutrol, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, trapo, substituição ou complementação óleos lubrificantes, oxigênio, gás nitrogênio, acetileno, óleo mineral, materiais e produtos de limpeza em geral, escadas, andaimes, gaxetas (borrachas de vedação), lâmpadas internas, termostatos, relés de partida, protetores térmicos, filtros secadores, fluido refrigerante (gás), óleo para compressor, solventes para limpeza de serpentinas, desengordurantes neutros, materiais de pintura e funilaria (zarcão, lixa, tinta), fita isolante, terminais elétricos, pés niveladores e ferramentas de suporte (bombas de vácuo, manômetros, etc).

5.4.27. Realizar os serviços em dias e horários que não paralise ou prejudique o andamento normal das atividades do órgão, a menos que expressamente autorizado pelo DNIT/AL.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. Os insumos utilizados pela Contratada na execução dos serviços aqui descritos deverão ser de boa qualidade e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação do fiscal de serviço antes do seu emprego.

5.5.2. Ficará a cargo da CONTRATADA disponibilizar os equipamentos e ferramentas necessários à realização dos serviços, indispensáveis à atividade de cada ramo profissional, para uso individual ou coletivo. Ficará responsável ainda por promover as substituições ou reposições, quando necessário, no que deverá ser considerada a vida útil, desgaste ou perda daquela ferramenta ou equipamento especificamente.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes estimativas:

5.6.1. *Manutenção/Recarga de extintores:*

EXTINTORES LOCALIZADOS NA SEDE DA SR-DNIT/AL - MACEIÓ			
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTD
1	3662	Manutenção e recarga em extintores de incêndio de Pó Químico - 6Kg (BC)	02
2	3662	Manutenção e recarga em extintores de incêndio de CO ² - 6Kg	03
3	3662	Manutenção e recarga em extintores de incêndio de CO ² - 4Kg	01
4	3662	Manutenção e recarga em extintores de incêndio de Pó Químico - 4Kg (BC)	12
		Manutenção e recarga em extintores de incêndio de 10 (dez) litros de água	

5	3662	pressurizada	18
EXTINTORES LOCALIZADOS NA SEDE DA UNIDADE LOCAL - SANTANA DO IPANEMA			
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTD
1	3662	Manutenção e recarga em extintores de incêndio tipo ABC com carga de pó químico-8Kg	05

5.6.2. Condicionadores de Ar, Bebedouros, Geladeiras e Frigobares:

QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS	
CONDICIONADORES DE AR	52 UNIDADES
BEBEDOUROS DE COLUNA	13 UNIDADES
GELADEIRAS E FRIGOBARES	15 UNIDADES

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Os preços de referência dos serviços serão reajustados automaticamente utilizando sempre a data-base da apresentação da proposta, sendo mantidos durante o período de 12 meses. Ao completar um ano de contrato, adotar-se-á a tabela de referência mais atualizada disponível. Ex: Set/2023, Agosto/2024 ou Set/2024, etc.

5.9. O valor global da presente contratação considera um BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no valor de 22.12%. O detalhamento do BDI deve ser apresentado na proposta dos licitantes. Será desclassificado o licitante que apresentar valor do BDI, ou seus componentes, em valor superior a este limite, obtido com base no percentual médio para Construção de Edifícios estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 2622 /2013.

5.9.1. Caso necessário, uma única vez, o pregoeiro poderá solicitar que licitante adeque a proposta de BDI desconforme, em benefício da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.9.2. No caso de preços com base em cotação, adotar-se-á prioritariamente o painel de preços e na inexistência deste, cotação com três fornecedores, aplicando-se o BDI diferenciado de 15% sobre o menor preço.

5.9.3. Caso a cotação apresentada pela CONTRATADA revele preço manifestamente superior ao de mercado, a CONTRATANTE poderá realizar, motivadamente, pesquisa própria de preços para validação do orçamento, prevalecendo, para fins de pagamento, o valor de mercado apurado pela fiscalização, com aplicação do BDI diferenciado de 15%.

5.10. O valor global contratado poderá ser reajustado anualmente com base no valor acumulado do Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

5.11. O prazo de execução dos serviços terá como termo inicial a data de emissão da Ordem de Serviço e será definido pela FISCALIZAÇÃO.

5.12 Os serviços serão agendados por correspondência eletrônica, através do qual o fiscal de contrato a ser nomeado pela SR-DNIT/AL enviará o chamado solicitando orçamento ou a execução do serviço;

5.13. A contratada deverá apresentar antes do início da execução dos serviços um relatório detalhado dos materiais necessários (descrição, quantidade, unidade de medida) de acordo com os termos descritos na tabela SINAPI/ORSE mais atualizada no momento e demais informações que forem necessárias para evitar falta e sobra dos materiais e/ou materiais inadequados.

5.13.1. Após solicitação a contratada terá o prazo de 05 dias úteis para apresentar orçamento detalhado do serviço a ser executado.

5.13.2. Após aprovação do orçamento a contratada terá o prazo de 05 dias úteis para realizar a mobilização e iniciar os serviços.

5.13.3. De acordo com a complexidade dos serviços, os prazos estabelecidos nos itens anteriores poderão ser negociados junto a FISCALIZAÇÃO.

5.13.4. Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, em até 05 (cinco) dias antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita e devidamente fundamentada.

5.13.5. O pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Coordenação de Administração e Finanças - CAF, ficando a critério do titular daquela unidade acolher ou não o requerimento da licitante contratada.

5.13.6. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido executados, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no IMR e neste Termo de Referência e/ou Edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato a ser firmado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.14. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Procedimentos operacionais a serem observados

5.15. O controle do cumprimento da carga horária dos colaboradores em dedicação exclusiva de mão de obra será de inteira responsabilidade da Contratada, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de falta ou na interrupção do cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar a(s) substituição(ões).

5.15.1. No caso de desligamento de colaboradores por decisão da contratada, fica garantido à contratante o direito de solicitar o adiamento pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, visando a conclusão de atividades em andamento no setor. Nestes casos, a empresa deverá às suas custas, apresentar o colaborador com uma semana de antecedência da data de desligamento para a transferência de conhecimento entre os colaboradores.

5.15.2. A critério da Administração, poderá ser dispensada a substituição em ausências justificadas de até cinco dias úteis.

5.16. O controle da carga horária deverá ser realizado através de ponto eletrônico com identificação de digital, com disponibilização à contratante de acesso às informações em tempo real.

5.17. Poderá ser realizado banco de horas, podendo ser compensado em até 3 meses após o período de acúmulo, desde que a utilização seja acordada com a gestão do contrato para não prejudicar o andamento dos serviços e não traga nenhum ônus à Administração.

5.18. A contratada deverá fornecer sistema online que permita ao funcionário terceirizado realizar o controle e gerar relatórios sobre o seu banco de horas.

5.19. As atividades a serem executadas poderão ser repassadas diretamente pelo responsável setorial, de acordo com a demanda existente, não caracterizando subordinação direta por tratar-se de instrução quanto ao serviço a ser executado e previamente listado no edital.

5.20. A CONTRATADA deverá, no ato da contratação, informar ao empregado os deveres e a disciplina exigidos pela Administração.

5.21. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, prazo para mobilização da equipe ou na data prevista na publicação do extrato do contrato com prazo superior ao retrocitado período.

5.22. A contratada deverá fornecer pessoal capacitado para a execução dos serviços, com comprovada experiência e compatível com o grau de complexidade e disposições do termo de referência.

5.23. Mobilizar o pessoal para a execução do serviço fornecendo, uma lista contendo os dados dos empregados designados, levando-se em consideração que para compor a equipe será admitida a quantidade de funcionários especificados na planilha orçamentária.

5.24. As contratações dos postos de serviço serão realizadas paulatinamente, conforme a necessidades da Superintendência, não sendo obrigatório o preenchimento de todos os postos previstos na contratação.

5.25. É vedado à CONTRATADA recrutar prestadores que possuam vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores do DNIT/AL que exerçam cargo em comissão ou função de confiança, para prestar serviços no âmbito do Órgão Contratante, em observância ao que dispõe o art. 7º do Decreto n.º 7.203/2010.

5.26. Os empregados da CONTRATADA deverão ser identificados através de uniformes e crachás, conforme cor e padrão previsto no item 5.20, para fins de acesso às edificações.

Dos uniformes

5.27. A contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados, estes deverão iniciar o Contrato recebendo 02 (dois) conjuntos completos.

5.27.1. Os uniformes devem ser fornecidos em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início do Contrato, prorrogável após anuência da Administração, mediante solicitação encaminhada ao fiscal do Contrato.

5.28. O uniforme deverá ser substituído pela Contratada (02 - conjuntos), de 06 (seis) em 06 (seis) meses, a partir da assinatura do Contrato.

5.29. Os uniformes completos deverão ser entregues aos empregados mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao fiscal do Contrato, sendo que os custos com os uniformes não poderão ser descontados dos empregados da Contratada.

5.30. Todos os uniformes e crachás deverão atender o padrão do DNIT e conter a identificação da Contratada, de acordo com o Manual de Identidade Visual do DNIT.

Obrigações da contratante

5.31. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

5.31.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.31.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

5.31.3. Assegurar o acesso dos empregados da empresa, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar as tarefas.

5.31.4. Proporcionar os meios e condições necessários à segurança e à higiene dos empregados da CONTRATADA designados para a execução do serviço.

5.32. A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por um representante designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

5.33. Será nomeado um servidor, na qualidade de fiscal, para atestar a aceitação dos serviços e promover o acompanhamento e a fiscalização da sua execução e o seu prazo.

5.34. A qualquer tempo, poderá ser exigida a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira.

5.35. Relacionar-se com a empresa exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

5.36. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, de acordo com o especificado neste Termo de Referência.

5.37. Notificar, por escrito, a Contratada, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

5.38. É dever da administração comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado.

5.39. A administração deve manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

5.40. A Administração deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa.

5.41. Aplicar penalidades, quando verificado o inadimplemento de qualquer obrigação contratual.

5.42. Cabe à administração aplicar as sanções administrativas a ela pertinentes, quando se fizerem necessárias.

5.43. Anotar no Livro de Ocorrências e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, relacionadas com a execução do serviço contratado, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados.

5.44. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Contrato.

5.45. Atestar a Nota Fiscal da fatura mensal e efetuar o pagamento, mediante comprovação inequívoca da efetiva prestação de serviço, por parte da CONTRATADA, bem como da situação de regularidade quanto aos pagamentos, em dia, dos salários e dos benefícios dos empregados, do recolhimento dos encargos previdenciários e sociais, e ainda de que mantém as condições de habilitação necessárias à época da contratação.

5.46. A administração NÃO se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência e ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.47. É vedada a contratação de familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

5.48. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.48.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tal como nos serviços de apoio ao usuário;

5.48.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

5.49. Requisitar, à CONTRATADA, a substituição dos postos de serviços, quando julgar necessário, nos casos das ausências previstas neste Termo de Referência.

5.50. Determinar onde serão instalados os equipamentos de controle de frequência, estabelecidos neste Termo de Referência.

5.51. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

5.52. Comunicar à CONTRATADA as faltas e interrupções de jornadas, para fins de substituições, se for o caso.

5.53. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.54. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI /MPOG N. 05/2017.

5.55. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 64, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

5.56. Fornecer as condições mínimas para que o prestador de serviço desempenhe suas atribuições nas dependências do DNIT, tais como: mesa, cadeira, computador, acesso aos sistemas, etc.

5.57. Analisar os casos excepcionais que se apresentarem durante o curso do Contrato, de maneira a garantir que o DNIT não efetue pagamento de verba que efetivamente não veio a compor a formação de preço da CONTRATADA.

5.57.1. Realizar as retenções e depósito na Conta Vinculada, conforme Caderno de Logística da Secretaria de Gestão, referente ao 13º salário, férias e adicional de férias, verbas rescisórias, encargos previdenciários sobre 13º salário, férias e adicional de férias.

5.57.2. Não haverá liberação de saldo da conta vinculada quando da demissão de colaboradores feristas.

Obrigações da contratada

5.58. Os serviços, objeto do presente Termo de Referência, serão executados pela CONTRATADA, obedecendo ao disposto no respectivo Instrumento Convocatório e seus Anexos, nas Leis nº 14.133/2021 e nº 10.520/2002, nos Decretos nº 5.450/2005 e nº 2.271/1997, na IN MPOG/SLTI nº 05/2017, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

5.59. Caberá ao licitante vencedor o cumprimento das obrigações descritas neste Termo e no Edital, e ainda:

5.60. Providenciar a exclusão do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, caso, na época da realização do Pregão, for optante deste Regime, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Acórdão n.º 2798/2010 - Plenário, TC-025.664/201 0-7, rel. Min. José Jorge, 20. 10. 2010.

5.61. Iniciar imediatamente a execução dos serviços contratados, após a assinatura do contrato e recebimento da ordem dos serviços, nos horários fixados, devendo observar os requisitos técnicos estabelecidos na legislação em vigor e neste Termo de Referência.

5.62. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato.

5.63. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços objeto deste Termo, de acordo com a proposta apresentada, demonstrando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

5.64. Manter a prestação dos serviços nas quantidades e qualidades contratadas, sem interrupção, em tempo integral, durante o expediente normal do DNIT.

5.65. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências da Contratante, e vice-versa, por meios próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos.

5.66. Devem ser imediatamente informados quaisquer motivos impeditivos ou que impossibilite de assumir o posto conforme estabelecido.

5.67. Apresentar à Superintendência do DNIT/AL, antes do início da execução dos serviços, ficha dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverá ser sempre atualizada.

5.68. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas com idade não inferior a 18 (dezoito) anos, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, atestado médico comprovando sua sanidade física e mental e atestado de antecedentes criminais atualizados, os quais ficarão de posse da CONTRATADA, com cópia autenticada junto aos arquivos da CONTRATANTE, tendo ainda funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

5.69. Realizar periodicamente, nos termos legais, exame de saúde em todos seus empregados, apresentando o competente atestado médico atualizado à fiscalização do DNIT.

5.70. Deve constar da identificação do funcionário: foto, tipo sanguíneo/ fator RH, endereço, telefone residencial, bem como o currículo e a respectiva ficha de avaliação individual, os quais deverão atender as exigências contidas neste Termo de Referência.

5.71. Devem ser utilizados na prestação de serviço, mão de obra pertencente à categoria econômica respectiva, de acordo com a previsão do Código Brasileiro de Ocupações(CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.72. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Superintendência do DNIT/AL, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

5.73. A CONTRATADA deve manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata, quando couber, nos casos de faltas, impedimentos, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne à atividade nos imóveis da CONTRATANTE.

5.74. Instalar e manter, durante a vigência da execução do contrato, nas dependências da Sede da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Alagoas, de 01 (um) equipamento capaz de registrar o efetivo horário de entrada, intervalos e saída dos empregados a serem contratados, por meio biométrico, conforme Portaria MTE 1.510, de 21 de agosto de 2009, atentando, especialmente, para o constante do Inciso IV do Artigo 4º da referida Portaria:

(...)

Art. 4º O REP deverá apresentar os seguintes requisitos: ...

...

VII - para a função de marcação de ponto, o REP não deverá depender de qualquer conexão com outro equipamento externo;

(...)

5.74.1. Compete exclusivamente à empresa contratada o dever de realizar o efetivo controle e registro das horas trabalhadas pelos colaboradores, de acordo com as normas vigentes e legislação trabalhista aplicável. Tal responsabilidade abrange o registro preciso do início e término da jornada de trabalho, bem como a correta contabilização do banco de horas e dos intervalos intrajornada e interjornada, conforme estabelecido na legislação pertinente.

5.74.2. A contratada deverá disponibilizar sistema de controle de horas que permita à contratante realizar consultas precisas e atualizadas sobre a carga horária dos colaboradores a qualquer momento. O sistema deve ser de fácil acesso e fornecer informações detalhadas, incluindo o registro de entrada e saída, intervalos intrajornada, dias de trabalho, banco de horas, entre outros dados relevantes.

5.75. Registrar e controlar diariamente a execução dos serviços, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como, as ocorrências havidas durante a execução dos serviços devendo ser apresentados relatórios mensais de frequência, procedendo ao desconto de faltas e atrasos nos postos de serviços, por ocasião da elaboração da Nota Fiscal/Fatura.

5.76. Poderá ser realizado banco de horas, podendo ser compensado em até 3 meses após o período de acúmulo, desde que a utilização seja acordada com a gestão do contrato para não prejudicar o andamento dos serviços e não traga nenhum ônus à Administração.

5.76.1. Ocasionalmente, mediante solicitação da administração, os empregados poderão ser convocados a trabalhar em dias de sábado, domingos, feriados e em horários excepcionais, sendo a compensação realizada por meio do banco de horas, em conformidade com a legislação vigente.

5.76.2. O pagamento ou compensação por horas de trabalho não autorizadas previamente não será de responsabilidade do contratante. É incumbência exclusiva da contratada arcar com quaisquer encargos decorrentes de horas extras não autorizadas ou acordadas previamente. O contratante não assumirá qualquer ônus relacionado a essas horas adicionais não previstas, ficando a contratada inteiramente responsável por gerir e controlar adequadamente a carga horária dos colaboradores contratados.

5.76.3. No caso de demissão de colaboradores com saldo de horas extras em banco de horas, não previamente autorizados, pro escrito, pela Administração, estes custos deverão estar incluídos na demissão e serão arcados exclusivamente pela contratada.

5.77. No caso do usufruto do banco de horas, não será necessária a disponibilização de cobertura para o posto.

5.78. Alocar profissionais nos postos de trabalho, devidamente treinados, com ênfase na responsabilidade da função, atendimento ao público, ética e cidadania, e outros necessários à capacitação profissional além daquelas apontadas neste Termo de Referência.

5.79. Fica a cargo da empresa, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e /ou reciclagem dos empregados disponibilizados à CONTRATANTE, visando manter o nível dos serviços contratados.

5.80. Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade e alocar no desempenho das atividades contratadas, profissionais com experiência, formação e qualificação técnica de acordo com a complexidade dos serviços objeto da presente contratação e dos requisitos exigidos neste Termo de Referência.

5.81. O DNIT se resguarda ao direito de, no momento da apresentação, verificar a compatibilidade do perfil dos profissionais ao exigido para o posto e solicitar a substituição do profissional caso não atenda ao perfil necessário no setor.

5.82. A demissão ou substituição, SEM JUSTA CAUSA, de colaboradores vinculados ao presente Contrato somente será permitida com a autorização expressa da CONTRATANTE.

- 5.83. Substituir, quando notificado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os titulares dos postos de trabalho, mediante justificativa, em razão de negligência funcional, de desacato a chefias/colegas, de desempenho insatisfatório e de outras condutas consideradas como prejudiciais, inconvenientes à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares do CONTRATANTE. Além disso, fica vedado o retorno do profissional substituído às dependências da Superintendência do DNIT/AL para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.
- 5.84. Fiscalizar diariamente a frequência dos empregados da empresa, em serviço nas dependências do DNIT, a fim de comprovar o atendimento da escala de distribuição de pessoal, bem como do efetivo contratado.
- 5.85. Apresentar o plano de férias dos empregados, quando for o caso, ajustando-o às necessidades dos serviços da Superintendência do DNIT/AL.
- 5.85.1. Quando da necessidade de substituição, o profissional reserva deve ser orientado e treinado pela empresa sobre todos os procedimentos existentes no posto de trabalho.
- 5.86. Remunerar o empregado em cobertura com o salário devido ao empregado substituído, recolhendo os encargos correspondentes e previstos contratualmente.
- 5.87. **Efetuar o pagamento dos salários**, via depósito bancário em conta salário do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência por parte da Administração, **até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços**, assim como fornecer os vales-refeições/alimentação, vales-transportes aos seus empregados disponibilizado para realizarem as atividades referentes aos serviços objeto da contratação, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente, bem como promover o recolhimento dos encargos sociais decorrentes (INSS, FGTS, PIS, etc.).
- 5.88. O vale-refeição e o vale-transporte deverão ser disponibilizados todo dia 1º de cada mês, ou no dia útil seguinte, desta forma considerar-se-ão 22 (vinte e dois) dias para o cálculo dos benefícios.
- 5.89. Não haverá o desconto do vale alimentação ao empregado que estiver em deslocamento de viagem à serviço com o recebimento de diárias.
- 5.90. Manter seus empregados sob o vínculo empregatício exclusivo da empresa, responsabilizando-se por todos os ônus, encargos e obrigações previstas na legislação social, fiscal, trabalhista e previdenciária em vigor, os quais devem estar sempre em dia, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, isentando o DNIT de qualquer vínculo empregatício com os seus empregados.
- 5.90.1. Manter atualizada a carteira de trabalho dos empregados, comprovando esta obrigação quando solicitado pelo Fiscal do Contrato;
- 5.90.2. Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do Contrato, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA disponibilizar para execução dos serviços;
- 5.90.3. No caso da CONTRATADA, uma vez notificada para regularizar as pendências, permanecer inadimplente, a CONTRATANTE poderá providenciar a rescisão unilateral do Contrato.
- 5.90.4. A CONTRATADA não poderá atrasar os salários dos colaboradores alegando discordância de entendimento/posicionamento do Fiscal de Contrato.
- 5.90.4.1. É garantido a empresa o direito ao contraditório que poderá ser exercido por meio recurso escrito que será analisado pela Coordenação de Administração e Finanças.
- 5.91. Pagar pontualmente os salários e fornecer aos seus empregados vale-transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho. O desatendimento deste item, bem como a(s) sua(s) reincidência(s), enseja aplicação das sanções previstas no item 25 deste termo.
- 5.92. Cumprir pontualmente as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais, para fiscais, previdenciárias e para com o FGTS, em cumprimento às obrigações da IN MPOG/SLTI nº02/2008.
- 5.93. A CONTRATADA que provisionar os custos utilizando-se dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverá, sempre que solicitado, fornecer o comprovante de inscrição no citado Programa.
- 5.94. O atraso no pagamento de fatura por parte da Superintendência do DNIT/AL, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.
- 5.95. Fornecer vale-alimentação cujos valores, comprovadamente, obedeçam àqueles acordados no dissídio coletivo da categoria preponderante da empresa, podendo a Administração efetuar diligência no sentido de comprovação de tal situação.
- 5.96. Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 5.97. Fornecer, juntamente com os demais documentos que acompanham a fatura mensal, todos os dados necessários para que a CONTRATANTE possa viabilizar os depósitos previstos nos incisos II e IV do artigo 19-A da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, tais como os dados bancários (banco, agência, conta corrente e conta vinculada) e os pessoais de seus trabalhadores diretamente vinculados à execução do Contrato (nome, nº do CPF) e demais dados necessários para essa finalidade.

- 5.98. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e efetuar o pagamento do salário até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 5.99. NÃO será admitida a utilização de Convenção de Sindicato que não esteja regular no tocante ao período de reajustes, a saber 12 meses, esta medida visa preservar o poder aquisitivo do trabalhador, conforme Artigo 7º da Constituição Federal do Brasil de 1988.
- 5.100. Observar sempre o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho em vigência, firmada pelo sindicato da categoria com registro no MTE, sobretudo quanto ao piso salarial mínimo da categoria e demais normas relativas às obrigações trabalhistas.
- 5.101. Responsabilizar-se pelo cumprimento integral do disposto na Convenção Coletiva da Categoria.
- 5.102. Observar o horário de trabalho estabelecido pela Superintendência do DNIT/AL em conformidade com as leis trabalhistas, sendo que os serviços serão prestados em regime de 44 (quarenta e quatro) ou 40 (quarenta) horas semanais para os postos de trabalho conforme descrito neste Termo de Referência.
- 5.103. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados e apresentar relatório mensal de frequência ao Fiscal do Contrato, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura.
- 5.104. Deve ser disponibilizado, nos postos de trabalho, sistema de controle de ponto dos prestadores de serviços bem como, o livro de registro de ocorrências.
- 5.105. No que se refere à jornada de trabalho, deve ser rigorosamente seguido o disposto na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, a jornada de trabalho, para os trabalhos em qualquer atividade privada, não excederá 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite (Art. 58), sendo que a jornada diária de trabalho será a estabelecida na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.
- 5.106. Não será admitida, em hipótese alguma, a prestação de serviços que implique em horas extras e/ou adicionais noturnos, sem autorização prévia e expressa da Administração.
- 5.107. Admite-se extraordinariamente a prorrogação da jornada de trabalho por até 2 (duas) horas extraordinárias, para as quais DEVERÃO ser comunicadas e, por isso, e contabilizadas em banco de horas.
- 5.108. Se necessário, e a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado à CONTRATADA podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida neste Edital.
- 5.109. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho executem quaisquer outras atividades, senão aquelas definidas neste Termo de Referência, durante o horário em que estiverem prestando serviço.
- 5.110. Manter os profissionais devidamente uniformizados (quando for o caso) num só padrão por categoria, e identificados com crachá, de acordo com os padrões de identificação definidos no item 10 deste Termo de Referência.
- 5.111. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências para o exercício da atividade, ainda que ocorridos nas dependências do DNIT.
- 5.112. Fornecer ao seu empregado, seguro de vida e auxílio funeral (Benefício Social Obreiro) conforme o último Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da Categoria (CCT), apresentando os comprovantes de repasse ao sindicato.
- 5.113. Responder administrativa, civil e penalmente, por quaisquer danos causados diretamente à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização da CONTRATANTE, em seu acompanhamento, de acordo com o art. 120, da Lei nº 14.133/2021 e às suas alterações.
- 5.114. Responsabilizar-se perante o DNIT por todo e qualquer dano causado por seus empregados ou encarregados, em função da execução do contrato, decorrentes de sua culpa ou, dolo, devidamente comprovado, devendo efetuar o ressarcimento correspondente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação do DNIT sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber ou de cobrança judicial, conforme legislação aplicável.
- 5.115. O valor do dano causado guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem.
- 5.116. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários.
- 5.117. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.
- 5.118. qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros, que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados deve ser repostado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, salvo disposição distinta desta estabelecida em acordo ou motivo de força maior.

- 5.119. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Superintendência do DNIT/AL, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Superintendência do DNIT/AL reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.
- 5.120. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho saiam após os horários determinados e/ou com documentos/materiais, pertencentes a Superintendência do DNIT/AL, sem a devida autorização.
- 5.121. Manter em livro próprio, o registro de todas as ocorrências referentes ao bom andamento dos serviços.
- 5.122. Criar métodos de incentivo profissional visando motivar os funcionários no desempenho de suas atividades.
- 5.123. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévia anuência, por escrito, da Superintendência do DNIT/AL, sob pena de rescisão contratual.
- 5.124. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolva, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- 5.125. Propiciar aos empregados todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços.
- 5.126. Comunicar à CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público.
- 5.127. Observar as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como fornecer produtos apropriados aos profissionais alocados nos postos de trabalho que estejam expostos a eventuais condições climáticas adversas, que porventura se fizerem necessários.
- 5.128. Instruir a mão-de-obra quanto à necessidade de acatar as orientações do Preposto, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 5.129. A empresa deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de atendimento às normas de ergonomia aos seus empregados, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los, bem como mantê-los nas dependências da CONTRATANTE quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.
- 5.130. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28 de novembro de 1967.
- 5.131. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.
- 5.132. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 5.133. A CONTRATADA será responsável pela integridade de seus empregados na execução dos serviços, devendo manter durante a vigência do Contrato, seguro pessoal de seus empregados.
1. Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico dos seus empregados designados à execução do serviço contratado, em caso de doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza.
- 5.134. Acatar as exigências da Superintendência do DNIT/AL quanto à execução dos serviços, horário e turnos, e, ainda, proceder à imediata correção das deficiências verificadas pela fiscalização do Contrato, quanto à execução dos serviços contratados.
- 5.135. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Superintendência do DNIT/AL para acompanhamento da execução do contrato, prestando os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender às reclamações formuladas.
1. Receber as observações do Fiscal de Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão-de-obra.
- 5.136. Relatar imediatamente ao Fiscal do Contrato, toda e qualquer irregularidade, relatando a devida ocorrência e acrescentando os dados e circunstâncias considerados necessários ao esclarecimento.
- 5.137. A licitante vencedora deverá manter, em Maceió/AL, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no que se refere à prestação de serviços em Maceió, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início do contrato, conforme IN SEGES/ME 05/2017 e Parecer nº 1805/2014/LPC/CORDJUR/CJU- SP/CGU /AGU.
- 5.138. Comprovar a existência e manutenção, durante toda a vigência do contrato, de estrutura administrativa mínima, que suporte os compromissos assumidos com a CONTRATANTE, ou seja, uma sede ou filial registrada na Junta Comercial, nos demais órgãos e repartições públicas, exigidos por lei, inclusive junto ao Ministério de Trabalho, com endereço fixo e telefone (fixo e celular), bem como, indicar por escrito o nome do responsável para contato (PREPOSTO) não se admitindo funcionário dos postos de serviços contratados ou do quadro de pessoal da Superintendência do DNIT/AL para gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades:

- 5.138.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Superintendência do DNIT/AL;
- 5.138.2. Encaminhar ao Fiscal do Contrato todas as faturas dos serviços prestados;
- 5.138.3. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 5.138.4. Cuidar da disciplina e assiduidade de todos os postos;
- 5.138.5. Estar sempre em contato com o Fiscal do Contrato para atender as solicitações dessa Superintendência do DNIT/AL.
- 5.138.6. Controlar as horas efetivamente trabalhadas por todos os empregados alocados no Contrato;
- 5.138.7. Emitir relatório mensal, com base no controle de ponto, em subsídio à medição mensal, que deverá compor a fatura;
- 5.138.8. Atender os profissionais alocados nos postos de trabalho, com a entrega de contra-cheques, vale-transporte, vale-refeição, assinatura da folha de ponto e outras responsabilidades da Contratada;
- 5.138.9. **Os custos com preposto não deverão ser alocados na planilha de custos e formação de preços - ANEXO II, sob pena de desclassificação.**
- 5.139. Manter as mesmas condições de habilitação, em especial, no que se refere a regularidade fiscal, perante a Receita Federal, ao INSS e FGTS, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de quaisquer naturezas.
- 5.139.1 Comprovação da licitante de que está regularmente inscrita na PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), conforme Lei nº. 6.321/76, regulamentada pelo Decreto nº. 005/91 e Portaria Interministerial nº. 003, de 11 de novembro de 1998.
- 5.140. Fornecer, mensalmente, declaração, por escrito, de que está cumprindo integralmente, com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato, de acordo com o disposto do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- 5.140.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 5.140.2. Será concedido um prazo de 15 (quinze) dias para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação;
- 5.140.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.
- 5.141. Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração.
- 5.142. Não contratar empregado para prestar serviços para a CONTRATANTE que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 5.143, de 04 de junho de 2010, considerando-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 5.144. Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso.
- 5.145. Assumir as despesas que incidiram ou venham a incidir sobre o Contrato, com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes no Diário Oficial da União, cuja publicação será providenciada pela Administração.
- 5.146. Atender prontamente e dentro do prazo estipulado, quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o DNIT, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao serviço contratado, inclusive perante terceiros, respondendo a contratada por qualquer irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.
- 5.147. Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do edifício onde serão executados os serviços.
- 5.148. Manter o empregado nos horários pré-determinados pela Administração, atentando-se ao calendário de funcionamento da CONTRATANTE, onde devem ser observados os recessos, feriados nacionais/estaduais/distritais/municipais e pontos facultativos.
- 5.149. Regularizar, quando notificado pelo DNIT sob pena de sofrer sanções estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações, corrigindo-as no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.150. Substituir o funcionário que ficar afastado por período superior a 15 (quinze) dias, à critério e mediante prévia requisição da Administração. Nos casos de licença maternidade, à critério da Administração, a substituição no posto poderá se dar a partir do 1º (primeiro) dia útil da citada licença.
- 5.151. Submeter ao fiscal do contrato, relação nominal dos empregados em atividades nas dependências do DNIT, mencionando os respectivos endereços residenciais e quando solicitado o espelho da folha de pagamento. Qualquer alteração deverá ser comunicada de imediato.
- 5.152. Apresentar mensalmente a Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços contratados e executados no período, até o 5º dia útil subsequente ao período de adimplemento.

5.153. Autorizar, no ato da assinatura do contrato, que o DNIT efetue o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, aos empregados da Contratada quando houver descumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.154. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.155. A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

5.155.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

5.155.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

5.155.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

5.155.4. Contrato individual de trabalho;

5.155.5. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

5.155.6. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

5.156. Apresentar anualmente relação com o planejamento de férias dos empregados para aprovação da equipe de fiscalização do contrato, de modo a não prejudicar a execução dos serviços.

5.157. Informar mensalmente os funcionários que gozarão de férias e/ou estarão de licença com seus respectivos substitutos, se for o caso.

5.158. Permitir o parcelamento das férias, nos moldes da legislação em vigor, visando o bom andamento dos serviços afetos a esta contratação e para que estes sofram o mínimo de impacto possível.

5.159. Solicitar, anualmente, a repactuação dos preços contratados em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da homologação do dissídio coletivo das categorias vinculadas ao contrato.

5.160. Entregar à CONTRATANTE a Declaração de Exercício Exclusivo de Atividades de Apoio e Assessoramento devidamente assinada ao apresentar o colaborador.

5.161. Observar a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010, no que couber, que dispõe sobre o critério de sustentabilidade para a execução dos serviços e material aplicados.

5.162. Fica a CONTRATADA obrigada a oferecer assistência médica e odontológica para benefício de seus empregados, desde que os referidos manifestem concordância como desconto integral dos custos em folha de pagamento.

5.163. Os custos relativos à disponibilização desses benefícios não poderão ser incluídos nas Planilhas de Custos das propostas apresentadas pelos licitantes.

5.164. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período, sempre que a fiscalização entender necessária a orientação/supervisão dos colaboradores.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).[A1]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultados, conforme previsto no Anexo III - Modelo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.12. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.13. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.14. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.16. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.17. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.18. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.19. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.22. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.23. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.23.1. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.23.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.24. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.25. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.26. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022.).

6.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.28. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.29. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.29.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.29.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.29.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.29.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.29.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.29.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.29.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.29.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.29.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.29.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.29.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.29.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.29.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.29.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.29.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.29.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

- 6.29.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.29.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.29.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.29.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.29.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.30. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos admissionais deverão ser apresentados à fiscalização.
- 6.31. Quando couber, será exigida comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 63-IV da Lei nº 14.133/2021
- 6.32. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.32.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.32.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.32.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.33. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.34. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.36. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.37. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.38. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.39. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.40. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.41. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.42. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.43. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.44. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.45. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.46. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.48. Cabe ao gestor do contrato:

6.48.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.48.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.48.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.48.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.48.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.48.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.48.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.48.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.48.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024.

6.48.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.49. Se necessária à fiscalização setorial, a CONTRATANTE designará representantes para atuarem como fiscais setoriais.

6.50. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.51. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.52. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

6.53. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

6.53.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.53.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

6.53.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

6.54. Entrega, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.54.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.54.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.54.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.55. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.55.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.55.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

6.55.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.55.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.55.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.55.6. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.55.6.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.55.6.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.55.6.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.55.6.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.56. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.57. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

6.58. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

6.59 O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

6.60. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

6.61. Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho e de acordo com as demandas e os serviços a serem executados que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

6.62. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

6.63. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.64. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

Fiscalização diária:

6.65. Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

6.66. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

6.67. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

6.68. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.69. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

6.70. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

6.71. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

6.72. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo III - Modelo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

6.72.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.72.2. deixar de entregar ou utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.73. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.74. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.75. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.76. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.77. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.78. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.79. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.80. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.81. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.82. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.83. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.84. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.85. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das

condições de habilitação, ensinará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 155 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

6.86. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.87. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.87.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.87.2. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

6.87.3. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.87.4. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.87.5. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.87.6. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.87.7. É vedado à Administração e a seus agentes estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado.

Do reajuste de preços em sentido amplo (REPACTUAÇÃO)

6.88. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.89. Ainda, seguindo as disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, no ANEXO VII-F, item 1.2, deverão ser observadas as "Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação".

6.90. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.91. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.91.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.91.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.91.3. Para os demais custos, sujeitos a variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.92 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.93. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.94. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.95. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.95.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.95.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.95.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

6.96. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.97. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.98. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.99. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.100. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.101. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.101.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.101.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.101.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.101.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.101.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.102. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.102.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.102.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.102.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.103. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.104. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.105. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.106. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.107. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Conta-Depósito Vinculada

6.108. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

6.109. Os custos das tarifas bancárias são de responsabilidade do contratado.

6.110. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.111. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.112. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.113. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.113.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.113.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.113.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.113.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.113.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.140. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

6.141. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.142. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.142.1. Não serão liberados os valores rescisórios da conta vinculada quando ocorrer a demissão de trabalhador contratado como ferista.

6.143. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.144. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.145. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.146. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultados (IMR)*, conforme previsto no Anexo III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. Durante a execução do objeto, o Fiscal Técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.9.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.9.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.9.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.1.1. A proposta encaminhada pelo licitante deverá obedecer os padrões estabelecidos nos ANEXOS I e II deste Termo de Referência.

8.1.2. No modelo apresentado no ANEXO I, apenas os campos em vermelho devem ser modificados.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de **empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação**, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração (conforme tabela do item 1.1 deste Termo de Referência), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021)

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A1]

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A2]

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. **Ato de autorização para o exercício da atividade de CONSTRUÇÃO CIVIL, expedido Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do local da sede da Contratada, nos termos da Lei Federal n.º 5.194/66 e da Resolução n.º 1.121/2019 do Confea.**

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal e Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal e Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal e Estadual** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

8.24.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.24.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade;

8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Atestado de Execução de ao menos uma obra de construção, ou reforma, ou reparos ou manutenção de edificações comprovando atuação pelo período igual ou maior que dois anos.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. (Exemplo: Quatro obras com duração de 6 meses).

8.31.2.1. A exigência do item 8.31.1.1. está em conformidade com o §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, "em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos." Assim, trata-se de experiência operacional comprovada em execução de serviços similares e mostra-se tecnicamente necessária, proporcional e aderente ao regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços contínuos de engenharia, executados sob demanda, com multiplicidade de intervenções, necessidade de pronta resposta, interface com diversos sistemas prediais e impacto direto na conservação do patrimônio público e na continuidade das atividades administrativas. No caso concreto, o objeto não se resume à execução de um serviço isolado ou de baixa variabilidade técnica. Ao contrário, envolve a prestação continuada e integrada de serviços de manutenção predial e correlatos, com intervenções potencialmente incidentes sobre instalações elétricas, hidrossanitárias, cobertura, revestimentos, esquadrias, climatização, pequenos reparos civis e demais componentes do ambiente construído, em regime que exige capacidade de diagnóstico, mobilização, planejamento, compatibilização de frentes de trabalho, controle de insumos e atendimento tempestivo às demandas da Administração. Esse conjunto de fatores eleva a relevância da maturidade operacional da empresa, pois a boa execução do contrato depende não apenas de aptidão formal, mas de experiência concreta na gestão de rotinas de manutenção e na solução de ocorrências em edificações em uso. A exigência de 2 (dois) anos de experiência comprovada é, ademais, moderada e inferior ao limite máximo legal de 3 (três) anos, o que demonstra opção administrativa por critério intermediário, apto a selecionar licitantes com histórico mínimo de execução sem impor barreira excessiva à competitividade. Não se trata, portanto, de requisito arbitrário ou desproporcional, mas de parâmetro de prudência administrativa que busca assegurar que o futuro contratado já tenha enfrentado, por lapso temporal suficiente, situações típicas de contratos continuados, como sazonalidade de demandas, necessidade de reposição de equipes, gestão de materiais, controle de qualidade, atendimento simultâneo de ordens de serviço e correção de falhas sem comprometimento da rotina institucional. As exigências de qualificação técnica evitam a adoção de requisitos excessivos, restringindo-se à comprovação de experiência compatível com o objeto, sem imposição de limitações indevidas de tempo, local ou vínculo empregatício, ressalvada a experiência mínima admitida para serviços contínuos, nos termos do art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.31.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.31.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.31.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

8.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.35.1. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.36. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Documentação complementar para cooperativas

8.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.38. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 8.38.1. ata de fundação;
- 8.38.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 8.38.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.38.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 8.38.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 8.38.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 8.38.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 900.437,84

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 900.437,84 (novecentos mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO COM BDI 22,12%	VALOR TOTAL ANUAL COM BDI 22,12%
	1	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, sob demanda., com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, nos sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, bem como na reconstituição das partes civis afetadas, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e	1627	Mês	12	R\$ 20.981,44	R\$ 251.777,28

01		índices da construção civil –SINAPI.					
	2	Serviços de manutenção, recarga e realização de teste hidrostático em extintores de incêndio.	3662	Und	41	R\$ 80,00	R\$ 3.280,00
	3	Elaboração de Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), envolvendo também os serviços necessários à manutenção predial preventiva e corretiva, bem como à manutenção de extintores de incêndio, de condicionadores de ar, de geladeiras, frigobares e bebedouros refrigerados pertencentes à Superintendência do DNIT no Estado de Alagoas e unidades locais, com emissão de termo com o vínculo de responsabilidade técnica ART, CFT ou TRT.	2771	Und	1	R\$ 5.853,32	R\$ 5.853,32
	4	Encarregado de manutenção	1627	Posto/Mês	1	R\$ 6.378,31	R\$ 76.539,72
	5	Técnico de Refrigeração	2771 3506	Posto/Mês	1	R\$ 8.827,86	R\$ 105.934,32
	6	Diárias	23213	Unidade	48	R\$ 142,38	R\$ 6.834,24
	TOTAL ANUAL (com BDI 22,12% para os Itens 1, 2 e 3)*						R\$ 450.218,88
* BDI não incide sobre os itens 4, 5 e 6 por estar remunerado na planilha de formação de preços.							
TOTAL 24 MESES COM BDI 22,12%						R\$ 900.437,76	

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 393026;

II) Fonte de Recursos: 100;

III) Programa de Trabalho: 26122003220000001;

IV) Elemento de Despesa: 39 - Outros serviços de Pessoa Jurídica;

V) Plano Interno: DAF00003;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. Em conformidade com o inciso 3º do art. 3º do Decreto 10.193/2016, a presente contratação respeita os limites de governança estabelecidos pela legislação vigente, sendo destacado que o valor total da contratação é inferior a R\$ 1.000.000,00

11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

*11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.*

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*11.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)**.*

*11.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)**.*

*11.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)**.*

*11.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)**.*

*11.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)**.*

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Disposições Finais

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Maceió, 30 de março de 2026.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALBER KAIC DA SILVA NUNES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:27:56.

THEONELLY NASCIMENTO TEODOZIO

Coordenador de Administração e Finanças



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:28:47.

ANDRE PAES CERQUEIRA DE FRANCA

Autoridade competente